

Designa o Exmo. Sr. Dr. RICARDO RIBEIRO MARTINS, Procurador de Justiça, para ocupar os Habeas Corpus nº 2004.059.01381, 2004.059.02263, 2004.059.01472, 2004.059.02061, 2004.059.02146, 2004.059.02234, 2004.059.02240, 2004.059.02141, 2004.059.01760, 2004.059.01584, 2004.059.02328, 2004.059.01904, 2004.059.02034, 2004.059.04312, 2004.059.02077 e 2004.059.02363 oriundos da 6ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça.

Torna sem efeito a designação da Exma. Sr. Dra. PAULA MELLO CHAGAS, Procuradora de Justiça, para atuar na 3ª Procuradoria de Justiça junto à 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça, no mês de junho de 2004.

Designa a Exma. Sr. Dra. PAULA MELLO CHAGAS, Procuradora de Justiça, para atuar na 4ª Procuradoria de Justiça junto à 7ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça, no mês de junho de 2004.

DE 27.05.2004

Designa, em virtude de habilitação obtida em concurso público, CARLA MENDES PINA FRIAS, para submeter-se a estágio experimental, pelo prazo de 06 (seis) meses, a contar da data da publicação, na classe inicial da categoria funcional de TÉCNICO SUPERIOR PROCESSUAL, nos termos do art. 2º, §§ 2º e 3º do Decreto-Lei nº 220, de 18 de julho de 1975, e dos arts. 9º e 10 do Decreto nº 2.479, de 08 de abril de 1979.

Designa, em virtude de habilitação obtida em concurso público, GUSTAVO OLIVEIRA PARENTE, para submeter-se a estágio experimental, pelo prazo de 06 (seis) meses, a contar da data da publicação, na classe inicial da categoria funcional de TÉCNICO SUPERIOR PROCESSUAL, nos termos do art. 2º, §§ 2º e 3º do Decreto-Lei nº 220, de 18 de julho de 1975, e dos arts. 9º e 10 do Decreto nº 2.479, de 08 de abril de 1979.

Designa, em virtude de habilitação obtida em concurso público, GUSTAVO COSTA GUIMARÃES, para submeter-se a estágio experimental, pelo prazo de 06 (seis) meses, a contar da data da publicação, na classe inicial da categoria funcional de TÉCNICO SUPERIOR PROCESSUAL, nos termos do art. 2º, §§ 2º e 3º do Decreto-Lei nº 220, de 18 de julho de 1975, e dos arts. 9º e 10 do Decreto nº 2.479, de 08 de abril de 1979.

Designa, em virtude de habilitação obtida em concurso público, DANIEL GONÇALVES COPEL, para submeter-se a estágio experimental, pelo prazo de 06 (seis) meses, a contar da data da publicação, na classe inicial da categoria funcional de TÉCNICO SUPERIOR PROCESSUAL, nos termos do art. 2º, §§ 2º e 3º do Decreto-Lei nº 220, de 18 de julho de 1975, e dos arts. 9º e 10 do Decreto nº 2.479, de 08 de abril de 1979.

Designa, em virtude de habilitação obtida em concurso público, LETÍCIA PEREIRA DE SANTANA, para submeter-se a estágio experimental, pelo prazo de 06 (seis) meses, a contar da data da publicação, na classe inicial da categoria funcional de TÉCNICO SUPERIOR PROCESSUAL, nos termos do art. 2º, §§ 2º e 3º do Decreto-Lei nº 220, de 18 de julho de 1975, e dos arts. 9º e 10 do Decreto nº 2.479, de 08 de abril de 1979.

Designa, em virtude de habilitação obtida em concurso público, JOSÉ LUIZ MOREIRA TAVARES, para submeter-se a estágio experimental, pelo prazo de 06 (seis) meses, a contar da data da publicação, na classe inicial da categoria funcional de TÉCNICO SUPERIOR PROCESSUAL, nos termos do art. 2º, §§ 2º e 3º do Decreto-Lei nº 220, de 18 de julho de 1975, e dos arts. 9º e 10 do Decreto nº 2.479, de 08 de abril de 1979.

Designa, em virtude de habilitação obtida em concurso público, JOANA CARDIA JARDIM CORTES, para submeter-se a estágio experimental, pelo prazo de 06 (seis) meses, a contar da data da publicação, na classe inicial da categoria funcional de TÉCNICO SUPERIOR PROCESSUAL, nos termos do art. 2º, §§ 2º e 3º do Decreto-Lei nº 220, de 18 de julho de 1975, e dos arts. 9º e 10 do Decreto nº 2.479, de 08 de abril de 1979.

Designa, em virtude de habilitação obtida em concurso público, GLAUCIA DE SOUZA CARNEIRO, para submeter-se a estágio experimental, pelo prazo de 06 (seis) meses, a contar da data da publicação, na classe inicial da categoria funcional de TÉCNICO SUPERIOR PROCESSUAL, nos termos do art. 2º, §§ 2º e 3º do Decreto-Lei nº 220, de 18 de julho de 1975, e dos arts. 9º e 10 do Decreto nº 2.479, de 08 de abril de 1979.

Designa, em virtude de habilitação obtida em concurso público, ROSANA DE CASTRO PENA VILA, para submeter-se a estágio experimental, pelo prazo de 06 (seis) meses, a contar da data da publicação, na classe inicial da categoria funcional de TÉCNICO SUPERIOR PROCESSUAL – 1º CAAI, nos termos do art. 2º, §§ 2º e 3º do Decreto-Lei nº 220, de 18 de julho de 1975, e dos arts. 9º e 10 do Decreto nº 2.479, de 08 de abril de 1979.

Designa, em virtude de habilitação obtida em concurso público, FÁBIO LUIS DAMASIO FREIRE, para submeter-se a estágio experimental, pelo prazo de 06 (seis) meses, a contar da data da publicação, na classe inicial da categoria funcional de TÉCNICO SUPERIOR PROCESSUAL – 7º CAAI, nos termos do art. 2º, §§ 2º e 3º do Decreto-Lei nº 220, de 18 de julho de 1975, e dos arts. 9º e 10 do Decreto nº 2.479, de 08 de abril de 1979.

Designa, em virtude de habilitação obtida em concurso público, ANA PAULA GONÇALVES DA ROSA, para submeter-se a estágio experimental, pelo prazo de 06 (seis) meses, a contar da data da publicação, na classe inicial da categoria funcional de TÉCNICO SUPERIOR PROCESSUAL – 10º CAAI, nos termos do art. 2º, §§ 2º e 3º do Decreto-Lei nº 220, de 18 de julho de 1975, e dos arts. 9º e 10 do Decreto nº 2.479, de 08 de abril de 1979.

Autoriza o afastamento dos Excelentíssimos Senhores Doutores MARIA HELENA RODRIGUES SILVA BISCAIA, Promotora de Justiça e LUIZ FÁBIO GUASQUE, Procurador de Justiça, para participarem do XXIII Encontro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, nos dias 27 a 30 de maio do corrente ano, a ser realizado na cidade de Angra dos Reis/RJ, sem ônus para o Ministério Público.

DESPACHOS DO PROCURADOR-GERAL

DE 21.05.2004

Processos nºs 2004.001.17931.00 (origem: Juízo de Direito da 1ª Vara Cível do Foro Regional de Jacarepaguá), 2004.001.18927.00 (origem: Juízo de Direito da 1ª Vara Cível do Foro Regional do Méier), 2004.001.18928.00 (origem: Juízo de Direito da 1ª Vara Cível do Foro Regional do Méier) (Assessoria de Assuntos Institucionais) – Aprovo o parecer.

DE 26.05.2004

Processo nº MP-16.856/2004 – FREDERICO RANGEL DE ALBERNAZ – Indeferido.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DE ADMINISTRAÇÃO  
DESPACHOS DO SUBPROCURADOR-GERAL

DE 14.05.2004

Processo MP-17.264/2004 – Atribuo aumento de trênis aos servidores abaixo relacionados no percentual a que fazem jus (mês de maio de 2004).

Matrícula	Nome	Qtd	Data	%
00259771	ANA CRISTINA AUGUSTO GENTIL DA SILVA FILGUEIRAS	7	20.05.2004	40
00001468	ANA MARIA GOMES DE CASTRO	10	28.05.2004	55
00001285	ANA PAULA CUNHA MENDONÇA VALIENTE	5	18.05.2004	30

00001864	ANDREA RODRIGUES AMIN	4	28.05.2004	25
00001718	CELO DE ANDRADE LOUREIRO	4	18.05.2004	25
00002107	CLAUDIO CARDOSO DA CONCEICAO	3	16.05.2004	20
00002713	CONSTANÇE ELOAH NICOLAY CARDOSO	2	05.05.2004	15
00002134	ELISA RAMOS PITTARO NEVES	3	29.05.2004	20
00002190	FLAVIA FURTADO TAMANINI PEREIRA	3	10.05.2004	20
00002281	LEANDRO MANHAES DE LIMA BARRETO	3	27.05.2004	20
00259768	MARCELO DE LYRA FILHO	10	20.05.2004	55
00294982	MARIA CELIA GONZAGA DA IGREJA	9	18.05.2004	50
00002288	MARIA HELENA RAMOS DE FREITAS	3	08.05.2004	20
00001629	MARTA REGINA DOS SANTOS SILVA	6	12.05.2004	35
00259795	MARTHA PIRES ROCHA HISSE	7	20.05.2004	40
00001817	MONICA RODRIGUES CUNEO	4	22.05.2004	25
00002150	SIMONE GOMES DE SOUZA	4	12.05.2004	25
00002153	SIMONE PAIVA DA MOTTA	4	11.05.2004	25
00002058	SÔNIA JOIA BEZERRA PESTRE	2	15.05.2004	15
00001218	SYLVANA VILLANOVA COPEL	4	30.05.2004	25
00001211	VICTORIA D'ASSUNÇÃO FIGUEIREDO DE ANDRADE	4	30.05.2004	25
00001576	WALDEMIRO JOSE TROCILO JUNIOR	5	13.05.2004	30

DE 25.05.2004

Processo nº MP-6195/2004 – Ratifico a dispensa de licitação em favor de JOSE LUIZ DE ANDRADE.

Processo nº MP-17701/2004 – Ratifico a inexistência de licitação em favor da ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA.

DE 28.05.2004

Processo nº MP – 16.915/2004 – FÁBIO VIEIRA DOS SANTOS – Defiro.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DE ASSUNTOS JURÍDICOS  
ATO DO SUBPROCURADOR-GERAL

DE 26.05.2004

Designa, por delegação do Exmo. Sr. Dr. Procurador-Geral de Justiça (art. 28 do Código de Processo Penal), o Excelentíssimo Senhor Promotor de Justiça em atuação na Promotoria de Justiça junto ao Il. Juizado Especial Criminal da Comarca de Nova Iguaçu para oferecer denúncia nos autos do Processo nº 2002.807.014139-9 do Il. Juizado Especial Criminal da Comarca de Nova Iguaçu, sem prejuízo de suas demais atribuições (Processo nº MP- 2004.001.07132.00).

Tribunal de Contas

<http://www.tce.rj.gov.br>

ATO DO PRESIDENTE

ATO EXECUTIVO Nº 16.015, DE 24 DE MAIO DE 2004.

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal Referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2004 exigido pela Lei Complementar nº 101, de 4.05.2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DO RIO DE JANEIRO, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo art. 142, Inciso IV, do Regimento Interno, na forma prevista pela Lei Complementar nº 101/2000, e o que consta no processo nº 302.152-0/04.

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2004, na forma do Quadro Anexo, em atendimento à Lei Complementar nº 101/2000.

Rio de Janeiro, 24 de maio de 2004.

JOSÉ GOMES GRACIOSA  
Presidente

ANEXO AO ATO EXECUTIVO Nº 16.015, DE 24 DE MAIO DE 2004

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – PODER LEGISLATIVO

TRIBUNAL DE CONTAS  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTO FISCAL  
MAIO/2003 A ABRIL/2004

LRJ, art. 55, inciso I, alínea "a" – Anexo I	R\$ Milhares
DESPESA COM PESSOAL	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)	
Pessoal Ativo	177.314
Pessoal Inativo e Previdenciários	-
(1) Despesas não Computadas (art. 1º, § 1º da LRF)	-
Indenizações por Demissão	-
Indenizações por Demissão	-
Decorridos de Demissão	-
Despesas de Exercícios Anteriores	-
Indenizações e Previdenciários com R. e V. por V. (art. 3º da LRF)	-
Despesas Especiais (Indenizações e R. e V. por V. (art. 3º da LRF))	-
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (art. 16, § 1º da LRF) (II)	-
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APLICAÇÃO DO LIMITE – TOP (III) = (I + II)	177.314
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	15.959.053
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APLICAÇÃO DO LIMITE – TOP sobre a RCL (IV) [(III)/(IV)](100)	0,89
LIMITE MÁXIMO (alínea "a", inciso II, art. 20 da LRF) – 1,510%	268.14
LIMITE PREVISIONAL (alínea "a", inciso II, art. 22 da LRF) – 1,530%	249.01
FONTE:	
1. SUPLENTO	
2. Relato Corrente Líquida – Secretaria de Estado de Finanças, informado através do Ofício SEF/SGAS nº 118, de 21.05.2004.	

CARLOS CESAR SALLY FERREIRA  
Secretário-Geral de Administração

HOACIO DE ALMEIDA AMARAL  
Secretário-Geral de Planejamento

DESPACHOS DO PRESIDENTE  
DE 13.05.2004

Proc. TCE nº 301.695-5/2004 – Maria Cecília Moutinho Tross Sampaio, matr. 02/0239/3-5, proc. TCE nº 301.697-3/2004 – José Almeida Filho, matr. 02/0782/3-0 – DEFIRO a isenção do imposto de renda.

DE 14.05.2004

Proc. TCE nº 301.332-5/2004 – Fernando Albagli, matr. 02/0947/3-2; proc. TCE nº 301.600-0/2004 – Hélio Nascimento, matr. 02/0283/3-8. DEFIRO a isenção do imposto de renda.

DE 13/05/2004

\*PROCESSO TCE Nº 301.827-0/2004 – Ratifico a dispensa de licitação a favor da EMBRATEL – EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES.

\*Omitido no D.O. de 18/05/2004

DE 14/05/2004

\*PROCESSO TCE Nº 301.907-6/2004 – Ratifico a dispensa de licitação a favor da IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

\*PROCESSO TCE Nº 301.908-0/2004 – Ratifico a dispensa de licitação a favor da MJ IMPRENSA NACIONAL.

\*PROCESSO TCE Nº 301.909-4/2004 – Ratifico a dispensa de licitação a favor da IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

\*Omitidos no D.O. de 21/05/2004

ACÓRDÃO Nº 1312/2003

- PROCESSO TCE Nº 240551-3/2000
- ASSUNTO: Aplicação de Multa
- RESPONSÁVEL: Sr. Jayme Penavilla
- UNIDADE: Instituto de Aposentadoria e Pensões de Trajano de Moraes
- RELATOR: Conselheiro Marco Antonio Barbosa de Alencar
- REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO: Procurador Carlos Antonio da Silva Navega
- ÓRGÃOS DE INSTRUÇÃO: 4ª IRE/SUM/SGE
- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos os autos relativos à Prestação de Contas do Ordenador de Despesas do Instituto de Aposentadoria e Pensões de Trajano de Moraes – IAPTM, referente ao exercício de 1999, de responsabilidade do Sr. Jayme Penavilla.

CONSIDERANDO a decisão deste Tribunal de Contas na Sessão Plenária de 04/08/2002, nos termos do Voto do Conselheiro-Relator Jonas Lopes de Carvalho Junior, que julgou irregulares as presentes contas e aplicou multa de 2.000 UFIR-RJ ao Sr. Jayme Penavilla;

CONSIDERANDO que o responsável impetrou Recurso de Reconsideração através do documento nº 023.988-6/2002, juntado aos autos;

CONSIDERANDO que voto pelo conhecimento do recurso e, no mérito, pelo provimento parcial do mesmo, alterando o valor da multa aplicada ao jurisdicionado para o montante correspondente a 1.800 UFIR-RJ;

CONSIDERANDO que o art. 115, Inciso IV, alínea "b" do Regimento Interno desta Corte, exige que a aplicação da multa seja realizada através de acórdão,

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, reunidos em Sessão Plenária Ordinária, em:

Aplicar multa, no valor correspondente a 1.800 UFIR-RJ, ao Sr. Jayme Penavilla, Presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensões de Trajano de Moraes – IAPTM, com fulcro no artigo 63, inciso I da Lei Complementar Estadual nº 63/90, devendo ser recolhida ao erário estadual com recursos próprios, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovando o respectivo recolhimento no prazo de 10 (dez) dias após expirado o prazo reito, ficando autorizada, desde já, a cobrança executiva, em caso de não-recolhimento, conforme disposto no artigo 32, inciso II do Regimento Interno desta Corte de Contas.

9. ATA Nº 89/2003

10. DATA DA SESSÃO: 18/12/2003

JOSÉ GOMES GRACIOSA – PRESIDENTE  
MARCO ANTONIO BARBOSA DE ALENCAR – RELATOR  
PROCURADOR VERA DE SOUZA LEITE – REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Ata da 1ª sessão especial do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2004, realizada em 18 de maio.

Aos dezesseis dias do mês de maio de dois mil e quatro, às dez horas e dez minutos, sob a Presidência do Senhor Conselheiro José Gomes Graciosa, reuniu-se o Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, em sua primeira sessão especial, convocada de acordo com o artigo 40, parágrafo único, do Regimento Interno, a fim de apreciar e emitir Parecer Prévio sobre as Contas da Excelentíssima Senhora Governadora do Estado Rosinha Garofolini, Processo TCE nº 102927-7/2004, constando ainda, para o mesmo exercício, as prestações de contas dos Excelentíssimos Senhores Deputados Sérgio Cabral Filho e Jorge Picolini (Presidentes da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro respectivamente nos períodos de 1/1 a 31/12/2003 e 1/2 a 31/12/2003), Desembargadores Marcus Antônio de Souza Faver e Miguel Pachá (Presidentes do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

respectivamente  
Procurador  
Junior, Ch  
respectivamente  
concedido o  
artigos 66 e 57  
2000. Comp  
Quilhões Al  
Vice-Preside  
Jonas Lopes  
nesta Corte  
regulou as  
Alberto de  
Fiscalizac  
(Presiden  
Estado do  
José Alves  
e Asst. P  
Federal, F  
Secretaria  
Rocha, Ju  
Superint  
Auditoria  
Subprocu  
represent  
Conselhe  
e das pro  
Manifesta  
Aluisio G  
Matrício  
deveria d  
questões  
RIOPRET  
processo  
Lopes e J  
quero d  
minha co  
ensino d  
28,28%  
ensino  
Conselhe  
substitui  
o Cons  
estudo m  
minha  
alunos  
process  
materia  
fora re  
ainda n  
formaz  
estes me  
inclui, m  
ensino  
diário  
sempre  
comple  
educaç  
aluno d  
Comiss  
na sua  
do-  
comple  
o nível  
liberal, i  
seu  
Sen  
vinte e  
Artes e  
trabalh  
seu co  
meio-  
agrega  
horas e  
Sant  
a pres  
pelo P  
Sessão

Moulinho Tross  
7-3/2004 - José  
o do imposto de

natr. 02/0947/3-2;  
natr. 02/0263/3-8

dispensa de  
USLEIRA DE

dispensa de  
DO RIO DE

dispensa de

dispensa de  
DO RIO DE

Trajan de Moraes

Alencar

Procurador Carlos

os à Prestação de  
Aposentadoria e  
exercício de 1999,

Contas na Sessão  
Conselheiro-Relator  
lares as presentes  
Penavilla;

etrou Recurso de  
2002, juntado aos

io do recurso e, no  
o o valor da multa  
spondante a 1.800

IV, alínea "b" do  
ção do multa seja

Contas do Estado  
rdinária, em:

30 UFIR-RJ, ao Sr.  
doria e Pensões de  
63, inciso I da Lei  
ecolhida ao erário  
30 (trinta) dias,  
10 (dez) dias após  
je já, a cobrança  
sposito no artigo 32,

ATOR  
PRESENTANTE DO

lo Estado do Rio de

as dez horas e dez  
heio José Gomes  
as do Estado do Rio  
da de acordo com  
a fim de apreciar a  
limentissima Senhora  
s TCE n.º 102927-  
s, as prestações de  
rgo Cabral Filho e  
do do Estado do Rio  
31/1/2003 e 1/2 a  
ouza Faver e Miguel  
do do Rio de Janeiro

respectivamente nos períodos de 1/1 a 2/2/2003 e 3/2 a 31/12/2003) e Procuradores José Muiños Piñeiro Filho e Antonio Vicente da Costa Júnior (Chefes do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro respectivamente nos períodos de 1/1 a 2/1/2003 e 2/1 a 31/12/2003) - consoante o disposto no inciso I do artigo 123 da Carta Estadual e dos artigos 56 e 57 da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000. Compareceram os Senhores Conselheiros Sérgio Franklin Quintella, Aluisio Gama de Souza, Marco Antonio Barbosa de Alencar - Vice-Presidente -, José Leite Nader, José Maurício de Lima Nolasco e Jonas Lopes de Carvalho Junior, e, representando o Ministério Público nesta Corte, a Senhora Procuradora Vera de Souza Leite, a Presidência registrou as presenças dos Deputados Estaduais Otávio Leite, Edson Albatrossi (Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle da ALERJ) e Domingos Brazão (Presidente da Comissão Tributária da ALERJ); dos Secretários de Estado José Henrique de Bellicoso de Lacerda Marica (Finanças), Paulo José Alves Rattucci (Governo), Tiago Batista Silveira (Controle e Gestão) e Astério Pereira dos Santos (Administração Penitenciária); do Conselheiro Federal Fernando Lopes de Almeida; do Subsecretário de Estado da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Henrique Bastos Rocha; do Contador-Geral do Estado, Nestor Lima de Andrade; do Superintendente da Contadoria-Geral do Estado, Mário Luiz Baggio; do Auditor-Geral do Estado, Eugênio Manuel da Silva Machado; do Subprocurador-Geral do Estado, Maurício Santiago Câmara representando o Procurador-Geral. Passou o Senhor Relator, Conselheiro Sérgio Franklin Quintella à leitura do resumo de seu relatório e das propostas de pareceres prévios - reproduzidos no Anexo. Manifestaram-se em relação ao relatório os Senhores Conselheiros Aluisio Gama de Souza, Marco Antonio Barbosa de Alencar e José Maurício de Lima Nolasco, destacando a atenção que o Poder Executivo deveria dar, sob a perseverante análise desta Corte de Contas, às questões levantadas pelo senhor Relator nas esferas do RIOPREVIDÊNCIA, dos gastos com saúde, do FECAM e do FECP. No processo de votação, foi aprovado unanimemente o voto do Senhor Relator, com a seguinte declaração de voto do Senhor Conselheiro Jonas Lopes de Carvalho Junior: "Embora concorde com o voto do Relator, quero deixar registrada a presente declaração de voto, demonstrando minha divergência em relação ao critério de análise dos gastos com minha divergência em relação ao critério de análise dos gastos com ensino. De acordo com o cálculo do Corpo Instrutivo, o Estado aplicou 29,28% dos recursos de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino e 17,61% destes mesmos recursos no ensino fundamental. O Conselheiro-Relator, no entanto, apurou para a mesma função e subfunção, 28,92% e 17,61%, respectivamente. Quando da sua análise, o Corpo Instrutivo considerou as despesas liquidadas com merenda escolar num total de R\$42.058.356,45, seguindo orientação de voto de minha autoria, aprovado em plenário em sessão de 18/06/2002, nos autos do Processo TCE nº 261278-8/2001. Conforme expus naquele processo, entendo que as despesas com programas destinados à merenda escolar, quando implementados com eficiência, tornam-se um forte instrumento de combate à evasão escolar e à repulência, evitando ainda os problemas causados pela desnutrição da criança em fase de formação e a incorporação de hábitos alimentares inadequados, concolito este previsto no inciso VII do artigo 208 da Constituição Federal, que inclui, entre os deveres do Estado, o atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. Nesse sentido, considerando a importância dos programas em tela para a consecução dos objetivos a serem atingidos através das ações em educação, em meu entendimento, pelo menos, quando destinados a atender às demandas do ensino fundamental, os citados programas constituem-se em gastos com a manutenção e o desenvolvimento do ensino, devendo o Estado destinar os recursos suficientes para o efetivo atendimento ao educando. Assim sendo, concordo com o procedimento adotado pelo Corpo Instrutivo, ao incluir os gastos com merenda escolar na análise do cumprimento dos artigos 212 da Constituição Federal e 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Entretanto, considerando que os cálculos apresentados pelo Relator não prejudicam o mérito das contas, tendo em vista que, independentemente do critério utilizado, o Estado cumpriu o limite mínimo obrigatório, acompanharei o seu voto". Posteriormente, a Presidência, os Senhores Conselheiros, a Senhora Representante do Ministério Público e o Senhor Procurador vinculados ao processo apuseram suas assinaturas nos pareceres prévios. Antes de encerrar a sessão, a Presidência destacou que a eficiência do trabalho do Conselheiro-Relator e de sua Assessoria, ressaltando que serão observados rigorosamente os alertas levantados pelo voto nos mencionados programas e fundos do Governo, estendeu a seguir seus agradecimentos ao Ministério Público e ao Corpo Instrutivo. As doze horas e cinquenta e cinco minutos, nada mais havendo a ser tratado, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão e, para constar, lavra-se a presente ata que, após lida e aprovada pelo Plenário, será assinada pelo Presidente. E eu, Mauro Henrique da Silva, Secretário-Geral das Sessões, subscrevo-a.

ANEXOS RESUMO DO RELATÓRIO E PARECERES  
PRÉVIOS DO SENHOR CONSELHEIRO SÉRGIO  
FRANKLIN QUINTELLA, LIDOS EM PLENÁRIO

RESUMO DO RELATÓRIO

As finanças públicas em seus três níveis (União, Estados e Municípios) vêm sofrendo profundas modificações ao longo da última década. De fato, desde o advento do Plano de Estabilização em 1994 (Plano Real), um conjunto de fatores tem contribuído para essas modificações. São eles:

1. O rígido e bem sucedido controle do processo inflacionário eliminou os chamados "ganhos inflacionários" que foram, durante longo período, "fonte" de financiamento de dispêndios governamentais;
2. A União viu crescer de forma significativa a arrecadação de tributos e contribuições não compartilhadas com os Estados e Municípios, como é, por exemplo, o caso da COFINS e CPMF;
3. Emendas constitucionais para alender programas específicos da saúde (EC 29) e da Educação (FUNDEF - EC 14) tornaram ainda menos flexíveis os orçamentos dos Estados, além de imporem novos gastos a alguns deles (entre eles o do Rio de Janeiro), em função da estrutura da educação no que concerne ao ensino fundamental (maior concentração do número de alunos na rede municipal do que na Estadual, havendo assim migração maior de recursos do FUNDEF para os Municípios);
4. Os contratos de renegociação das dívidas estaduais estabeleceram pagamentos máximos em relação à receita líquida real (12% a 13%), não sendo abelidos alguns valores vinculados por força de dispositivos constitucionais (Saúde, Educação, FUNDEF).
5. Finalmente, o advento da Lei Complementar n.º 101 (LRF), de 4/6/00, introduziu profundas modificações na gestão financeira e patrimonial da União, Estados e Municípios, estabelecendo normas de finanças públicas e organização voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

A economia brasileira, no passado recente, vem atravessando períodos em que se alternam expansão, estagnação e retração. Assim, entre 1996 e 1997 ocorreu expansão de 3,5%, seguindo-se dois anos de recessão em 1998 e 1999, com retração de 4,4% e 5,1%, respectivamente.

crescimento nulo. Em 2000, com o ingresso de US\$33,4 bilhões em investimentos diretos, uma safra de grãos que superou as 100 milhões de toneladas, as exportações elevando-se a US\$ 55 bilhões, o PIB nacional cresceu 4,4% - daí a expectativa de um processo contínuo e sustentado de crescimento econômico, de renda e de emprego. Não foi, infelizmente, o que aconteceu, inclusive pelos efeitos do racionamento de energia elétrica em 2001.

O ano de 2003 foi, para o Estado do Rio de Janeiro, o pior desses últimos anos: o PIB nacional recuou 0,2%, resultado que só não foi mais desastroso face ao desempenho das exportações (+ 21%) e da agricultura (+ 5%), um e outro setores que têm pouca influência direta sobre a economia do Estado do Rio de Janeiro (o PIB do Estado caiu - 1,4%).

1. RGSE/FGV.

A recessão foi provocada, principalmente, pela queda recorde no consumo das famílias, que responde por cerca de 60% do PIB brasileiro. A queda foi de 3,3%, a maior desde 1992. O encolhimento da renda do trabalhador, de 12,9%, no sexto ano seguido de retração, foi um dos fatores a empurrar o consumo das famílias para baixo, juntamente com as dificuldades de crédito.

A construção civil foi o fator preponderante para a redução do PIB, tendo o setor registrado queda de 8,6%, também a maior desde 1992. Foi ainda a construção civil que provocou o resultado negativo da indústria (- 1,0%). Os outros componentes do setor, extrativo-mineral (alta de 2,8%), serviços industriais de utilidade pública (1,9%) e transformação (0,7%), tiveram resultado positivo em 2003.

As duas pesquisas que medem as variações do faturamento real do comércio varejista acusaram resultados negativos relativamente próximos, a despeito de aferirem universos e classificações diferentes. Assim, enquanto o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apurou uma queda de -3,68%, a pesquisa mensal processada pela Confederação Nacional do Comércio computou um recuo de -4,65%. A comercialização de bens duráveis sofreu uma redução de -6,09%, e, no comércio de semiduráveis, integrado por produtos de demanda relativamente elástica, as aquisições podendo ser adiadas e/ou transferidas para os denominados bens inferiores de menor preço, essa categoria de uso sofreu uma queda de -8,70%.

O rendimento médio em dezembro/03 foi de R\$830,10, contra R\$949,19 em dezembro/02, uma queda de 12,5%, que se soma à queda de 7,3% de 2001 para 2002. Em dezembro/03, 43,5% dos trabalhadores tinham carteira assinada, contra 46,2% em dezembro/02.

A renda do trabalhador industrial despencou 4,3% e o emprego recuou - 0,5% em 2003, acompanhando os resultados negativos da economia como um todo. O rendimento caiu também em dezembro (2,5%) na comparação com novembro, no pior resultado de 2003, nesta base de comparação.

Na média de 2003, o desemprego ficou em 12,5%, patamar bem acima dos 11,7% registrados no ano anterior. Eram 2,3 milhões de pessoas sem trabalho nas seis principais regiões metropolitanas do país. E, pelo sexto ano seguido, os trabalhadores viram sua renda encolher, tendo sido de 12,9% a queda entre o rendimento médio de 2003 e os seus ganhos no ano anterior.

O reflexo do quadro econômico nacional em 2003 sobre as finanças estaduais é evidente. Como se verificou no exame detalhado das contas, ocorreu queda (em termos reais) da arrecadação de 2,7%, não obstante a realização de operações financeiras de natureza excepcional que contribuíram com R\$1.653 milhões aos cofres estaduais, nelas incluídas o aporte de R\$393 milhões relativo às receitas adicionais para o Fundo Estadual de Combate à Pobreza (adicional sobre o ICMS e outras), a cessão de créditos de royalties ao RIOPREVIDÊNCIA - R\$ 258 milhões - e a permuta de Certificados Financeiros do Tesouro daquela mesma autarquia - R\$ 402 milhões. Ressalte-se, inclusive, como se verá adiante, que o 13.º salário de 2003 dos servidores foi pago através de operação financeira liquidada em 05/01/2004, não registrada nos assentamentos contábeis de 2003.

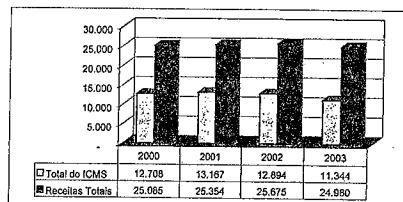
Na realidade, o ICMS - principal tributo estadual e cuja arrecadação está diretamente relacionada à atividade econômica -, vem sofrendo sucessivas quedas, como se observa nos quadros abaixo:

	R\$ milhões de 31 de dezembro de 2003				
Tributo	1999	2000	2001	2002	2003
ICMS	12.867	12.708	13.167	12.894	11.343
ICMS do FECP	-	-	-	-	982
IPVA	642	585	720	844	736
ITD	96	85	85	93	100
OUTROS	190	167	205	152	151
TOTAL	13.795	13.525	14.178	14.053	13.292
					-5,41%

Fonte: Secretaria de Estado de Fazenda

Correção: IGP-DI

Tabela 18: Arrecadação tributária em valores reais de 2003



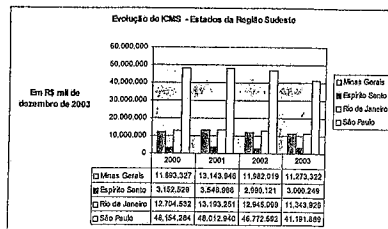
Como se pode observar, a valores constantes, as receitas de ICMS vêm decrescendo nos últimos exercícios, o que provoca um forte efeito negativo sobre as finanças estaduais. Entretanto, essa queda na arrecadação do ICMS em termos reais não é fenômeno circunscrito ao Estado do Rio de Janeiro. Na verdade, ela acompanha uma tendência observada nos demais estados do país: segundo dados do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, a arrecadação do ICMS do conjunto dos Estados brasileiros caiu 8% em termos reais em 2003.

Embora o cenário econômico nacional fosse desfavorável, com perdas reais na arrecadação do ICMS nos principais estados, o pior desempenho ocorreu no Rio de Janeiro, indicando conjuntura econômica local mais desfavorável, ineficiência na administração da arrecadação e fiscalização, ou ambos os fatores.

Comparativamente falando, no período entre agosto de 2003 e agosto de 2002, a arrecadação caiu em todo o país; em São Paulo - 3,25%, em Minas Gerais - 7,77%, no Rio Grande do Sul - 5,06%, no Paraná - 4,09%, e no Espírito Santo - 4,32%. O Estado do Rio de Janeiro teve queda de 15,18% no mesmo intervalo de tempo.

Fonte: CONFAZ

Nota: Valores a preços de dezembro de 2003, atualizados pelo IGP-DI médio ponderado (FGV).



As contas de gestão (exercício de 2003) ora sob exame deste Tribunal de Contas, refletem com nitidez todo o conjunto de fatos já apontados, bem como permitem refletir algumas conclusões que levam as autoridades a buscar caminhos para que o Estado - a sua economia e as finanças públicas - volte a dispor de instrumentos financeiros que viabilizem a adoção de políticas públicas que priorizem o bem-estar da população. Alguns aspectos, pela sua relevância, merecem destaque:

a) Balanço Patrimonial

A Contadoria-Geral do Estado vem promovendo - inclusive atendendo reiteradas manifestações deste Tribunal de Contas - sensíveis e importantes melhoramentos nas práticas contábeis. O registro das reservas matemáticas do RIOPREVIDÊNCIA, a contabilização das participações acionárias pelo método da equivalência patrimonial, os ajustes na conta da dívida fundada, entre outras ações, permite melhor e mais adequado exame da situação patrimonial do Estado.

Não obstante os importantes aprimoramentos, deve a Contadoria elaborar notas explicativas sobre contas e saldos, que, pela sua importância, carecem de melhor qualificação. Como exemplo, registro que os recebíveis de royalties devem ser calculados à luz dos aumentos de produção, de variações cambiais, preços de óleo e alterações da legislação aplicável, o que não vem ocorrendo.

b) A Execução Orçamentária

Quando da apreciação das contas de gestão estadual relativas ao exercício de 2002, este Tribunal de Contas considerou que as despesas não empenhadas referentes ao 13.º salário, bem como a parcela relativa aos juros, encargos e amortização de dívida, deveriam ser computadas naquele exercício, seguindo-se o princípio contábil da competência.

Em decorrência, para apuração dos resultados do exercício de 2003, tais valores deverão ser excluídos. São eles:

Valores em R\$			
Natureza	Empenhado	Liquidado	Pago
Pessoal e Encargos Sociais (despesa corrente)	774.845.415,58	774.621.417,14	769.427.164,19
Juros e Encargos da Dívida (despesa corrente)	84.599,3 5,13	84.599.375,13	84.599.375,13
Amortização da Dívida (despesa de capital)	49.867.917,45	49.867.917,45	49.867.917,45
<b>Total</b>	<b>909.312.708,16</b>	<b>908.088.709,92</b>	<b>903.894.456,77</b>

Eliminando das despesas de 2003 aquelas não relativas ao próprio exercício, os resultados do Estado, que traduzem as operações reais do ano, passam a ser os seguintes, indicando expressiva melhoria em relação a 2002, com resultado superavitário:

Exercício de 2003		Total
Receita Arrecadaada	[a]	24.433.175.538,76
Despesa Empenhada	[b]	25.314.278.225,65
Exclusão das Despesas de Exercícios Anteriores	[c]	909.312.708,16
Despesa Empenhada de 2003	[d=b-c]	24.404.965.517,49
Despesa Liquidada	[e]	24.899.784.768,92
Exclusão das Despesas de Exercícios Anteriores	[f]	908.088.709,92
Despesa Liquidada de 2003	[g=e-f]	23.990.696.059,00
Resultado Orçamentário - despesas empenhadas	[h=a-d]	28.210.021,26
Resultado Orçamentário - despesas liquidadas	[i=a-g]	442.479.479,75

O resultado orçamentário por tipo de administração, pode ser assim demonstrado:

Valores em R\$				
Títulos	Receita Arrecadaada (A)	Despesa Empenhada (B)	Ajuste (*) (C)	Variação A-(B+C)
Adm Direta (*)	17.672.828.445,30	14.026.550.396,12	364.873.880,93	4.009.852.245,11
Fundos	2.550.806.272,60	2.074.836.105,81	79.144.511,72	3.449.829.655,07
Fundação	218.818.828,81	1.783.023.823,02	30.038.829,16	1.224.164.226,26
Autarquias	2.901.701.005,65	8.041.668.487,02	395.830.295,11	12.244.154.276,26
Emp. Públicas	42.043.872,32	141.617.029,89	-	(99.573.157,57)
Soc. Econ. Mistas	1.260.299.327,09	1.744.063.378,65	11.411.680,65	(483.373.071,21)
<b>Total</b>	<b>24.433.175.538,76</b>	<b>25.314.278.225,65</b>	<b>909.312.709,16</b>	<b>28.210.021,26</b>

(\*) Valor referente às despesas de exercícios anteriores de pessoal (13.º salário não empenhado em 2002), Juros e Encargos da Dívida e Amortização da Dívida (parcela não empenhada em 2002), que quando da apreciação das Contas de Gestão Estadual de 2002, foram consideradas, para efeito de resultado, naquele exercício.

(\*\*) Inclui dados referentes à Adm. Direta do Poder Executivo, bem como dos demais Poderes e do Ministério Público

A seguir, explicita-se a decomposição por unidade dos números acima.

RESULTADOS ORÇAMENTÁRIOS – POR TIPO DE ADMINISTRAÇÃO  
(QUADROS ANALÍTICOS)

Administração Direta				
TIPO DE ADMINISTRAÇÃO	RECEITA ARRECADADA (A)	DESPESA EMPENHADA (B)	AJUSTE (C)	RESULTADO ORÇAMENTÁRIO A - (B+C)
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	17.872.820.460,30	14.925.596.122,52	394.573.190,35	4.048.852.245,11
PODER LEGISLATIVO	0,00	496.516.062,00	37.301,93	(496.478.760,07)
ALERJ	0,00	270.349.304,80	37.301,93	(270.386.606,73)
PODER JUDICIÁRIO	0,00	228.164.000,00	0,00	(228.164.000,00)
MINISTÉRIO PÚBLICO	0,00	220.641.940,17	0,00	(220.641.940,17)
TOTAL	17.872.820.460,30	14.925.596.122,52	394.573.190,35	4.048.852.245,11

Fundos				
TIPO DE ADMINISTRAÇÃO	RECEITA ARRECADADA (A)	DESPESA EMPENHADA (B)	AJUSTE (C)	RESULTADO ORÇAMENTÁRIO A - (B+C)
FUNDO	326.550.072,18	299.730.236,80	0,00	26.819.835,38
FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO	326.550.072,18	299.730.236,80	0,00	26.819.835,38
FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO	326.550.072,18	299.730.236,80	0,00	26.819.835,38
FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO	326.550.072,18	299.730.236,80	0,00	26.819.835,38
FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO	326.550.072,18	299.730.236,80	0,00	26.819.835,38

Fundos				
TIPO DE ADMINISTRAÇÃO	RECEITA ARRECADADA (A)	DESPESA EMPENHADA (B)	AJUSTE (C)	RESULTADO ORÇAMENTÁRIO A - (B+C)
FUNDO	326.550.072,18	299.730.236,80	0,00	26.819.835,38
FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO	326.550.072,18	299.730.236,80	0,00	26.819.835,38
FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO	326.550.072,18	299.730.236,80	0,00	26.819.835,38
FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO	326.550.072,18	299.730.236,80	0,00	26.819.835,38
FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO	326.550.072,18	299.730.236,80	0,00	26.819.835,38

Fundos				
TIPO DE ADMINISTRAÇÃO	RECEITA ARRECADADA (A)	DESPESA EMPENHADA (B)	AJUSTE (C)	RESULTADO ORÇAMENTÁRIO A - (B+C)
FUNDO	326.550.072,18	299.730.236,80	0,00	26.819.835,38
FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO	326.550.072,18	299.730.236,80	0,00	26.819.835,38
FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO	326.550.072,18	299.730.236,80	0,00	26.819.835,38
FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO	326.550.072,18	299.730.236,80	0,00	26.819.835,38
FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO	326.550.072,18	299.730.236,80	0,00	26.819.835,38

Fundos				
TIPO DE ADMINISTRAÇÃO	RECEITA ARRECADADA (A)	DESPESA EMPENHADA (B)	AJUSTE (C)	RESULTADO ORÇAMENTÁRIO A - (B+C)
FUNDO	326.550.072,18	299.730.236,80	0,00	26.819.835,38
FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO	326.550.072,18	299.730.236,80	0,00	26.819.835,38
FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO	326.550.072,18	299.730.236,80	0,00	26.819.835,38
FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO	326.550.072,18	299.730.236,80	0,00	26.819.835,38
FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO	326.550.072,18	299.730.236,80	0,00	26.819.835,38

Fundos				
TIPO DE ADMINISTRAÇÃO	RECEITA ARRECADADA (A)	DESPESA EMPENHADA (B)	AJUSTE (C)	RESULTADO ORÇAMENTÁRIO A - (B+C)
FUNDO	326.550.072,18	299.730.236,80	0,00	26.819.835,38
FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO	326.550.072,18	299.730.236,80	0,00	26.819.835,38
FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO	326.550.072,18	299.730.236,80	0,00	26.819.835,38
FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO	326.550.072,18	299.730.236,80	0,00	26.819.835,38
FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO	326.550.072,18	299.730.236,80	0,00	26.819.835,38

Fundos				
TIPO DE ADMINISTRAÇÃO	RECEITA ARRECADADA (A)	DESPESA EMPENHADA (B)	AJUSTE (C)	RESULTADO ORÇAMENTÁRIO A - (B+C)
FUNDO	326.550.072,18	299.730.236,80	0,00	26.819.835,38
FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO	326.550.072,18	299.730.236,80	0,00	26.819.835,38
FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO	326.550.072,18	299.730.236,80	0,00	26.819.835,38
FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO	326.550.072,18	299.730.236,80	0,00	26.819.835,38
FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO	326.550.072,18	299.730.236,80	0,00	26.819.835,38

Fundos				
TIPO DE ADMINISTRAÇÃO	RECEITA ARRECADADA (A)	DESPESA EMPENHADA (B)	AJUSTE (C)	RESULTADO ORÇAMENTÁRIO A - (B+C)
FUNDO	326.550.072,18	299.730.236,80	0,00	26.819.835,38
FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO	326.550.072,18	299.730.236,80	0,00	26.819.835,38
FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO	326.550.072,18	299.730.236,80	0,00	26.819.835,38
FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO	326.550.072,18	299.730.236,80	0,00	26.819.835,38
FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO	326.550.072,18	299.730.236,80	0,00	26.819.835,38

Sociedades de Economia Mista				
TIPO DE ADMINISTRAÇÃO	RECEITA ARRECADADA (A)	DESPESA EMPENHADA (B)	AJUSTE (C)	RESULTADO ORÇAMENTÁRIO A - (B+C)
CEAR	1.216.280.493,03	1.439.881.662,24	11.272.855,20	(213.328.314,01)
CEAR	1.216.280.493,03	1.439.881.662,24	11.272.855,20	(213.328.314,01)
CEAR	1.216.280.493,03	1.439.881.662,24	11.272.855,20	(213.328.314,01)
CEAR	1.216.280.493,03	1.439.881.662,24	11.272.855,20	(213.328.314,01)
CEAR	1.216.280.493,03	1.439.881.662,24	11.272.855,20	(213.328.314,01)

Segregando o resultado orçamentário por Poder/órgão, tem-se

Valores em R\$				
Poder Executivo	Poder Legislativo	Poder Judiciário	Ministério Público	TOTAL
24.102.023.184,02	330.852.670,03	299.504,10	24.435.175.536,78	
22.362.007.095,81	496.478.093,69	1.324.055.650,00	22.026.778,20	24.404.965.517,49
1.739.416.078,11	(496.478.093,69)	(994.002.587,87)	(20.727.275,18)	28.010.021,28

(\*) Destaque-se que, por força de disposições da STN, as transferências aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público são consideradas extra-orçamentárias e não recíproca orçamentária. Dessa forma, as receitas constantes do quadro são aquelas arrecadadas, através das atividades específicas de cada Poder/órgão.

A execução orçamentária foi, como se observa, superavitária, demonstrando o acerto das restrições nas despesas (- 9%) e no empenho na geração de receitas, inclusive as de natureza excepcional e que se encontram detalhadas no item V.6.3 e nos comentários sobre os royalties de petróleo.

Verifica-se que o superávit orçamentário obtido na Administração Direta (R\$4,0 bilhões) foi praticamente todo consumido pelas fundações, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, daí resultando o resultado orçamentário positivo de R\$28 milhões (base: despesa empenhada) e R\$442 milhões (base: despesa liquidada).

Os quadros a seguir demonstram o resultado do esforço fiscal e permitem uma comparação com os resultados apurados nos três últimos exercícios:

Valores em R\$				
2001	2002	2003	2004	
Receita Arrecadaada	17.791.929.345	20.449.957.102	24.435.175.538	
Despesa Empenhada	17.938.699.488	22.351.334.567	24.404.965.517	
Despesa Liquidada	17.287.461.749	22.738.239.939	23.920.696.699	
Resultado da Execução Orçamentária	(166.760.143)	(2.101.367.465)	28.100.021,28	
Resultado Financeiro	24.517.596	(1.928.283.328)	452.479.479	

Valores em R\$				
2001	2002	2003	2004	
Receita Arrecadaada	17.791.929.345	20.449.957.102	24.435.175.538	
Despesa Empenhada	17.938.699.488	22.351.334.567	24.404.965.517	
Despesa Liquidada	17.287.461.749	22.738.239.939	23.920.696.699	
Resultado da Execução Orçamentária	(166.760.143)	(2.101.367.465)	28.100.021,28	
Resultado Financeiro	24.517.596	(1.928.283.328)	452.479.479	

A partir dessas análises, procedo ao levantamento das origens e aplicações de recursos nos exercícios de 2002 e 2003;

em R\$ milhões (valores correntes)				
2002	2003	2004		
1) RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS LÍQUIDAS DO ESTADO	15.743	88,2%	19.599	93,0%
2) ALIENAÇÕES	6	0,0%	6	0,0%
3) AUMENTO DO ENVIDIVAMENTO NO PERÍODO	1.792	10,0%	1.472	7,0%
Restos a Pagar (Divida Flutuante) - valor efetivo do período (incluindo valores não contabilizados)	1.411	7,9%	1.167	5,5%
Restos a Pagar (Divida Flutuante) - valor efetivo do período	602	2,8%	1.167	5,5%
13º Salário dos Servidores - parcela da divida não liquidada	775	4,3%		
Juros, Encargos e Amortização da Divida - parcela da despesa não empenhada e não liquidada	134	0,8%		
Recursos de Terceiros (Depósitos de Diversas Origens, Contribuições, Outras operações, etc.)	381	2,1%	305	1,4%
Divida Flutuante sem Restos a Pagar (Contribuições, Depósitos, Outros - Entidades e Agentes e Serviços Jurídicos)	165	0,9%	422	2,0%
Outras Contribuições	218	1,2%	(117)	-0,6%
4) SALDOS FINANCEIROS - REDUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	310	1,7%		
II - APLICAÇÕES	17.851	100%	21.077	100%
1) DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS DO ESTADO	17.743	99,2%	19.297	91,4%
2) REDUÇÃO DO ENVIDIVAMENTO NO PERÍODO	138	0,8%	1.229	5,8%
Diferença entre amortizações de dividas e a Amortização da Divida - parcela da despesa não empenhada e não liquidada	88	0,5%	320	1,5%
Empenho e liquidação das despesas com parcela da divida não contabilizada em 2002	50	0,3%	775	3,7%
Empenho e liquidação das despesas com parcela da divida não contabilizada em 2003	134	0,8%		
3) SALDOS FINANCEIROS - AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES	691	2,8%		
Despesas	593	2,8%		
Verificação em conta corrente - "Conta A" e "B"	98	0,5%		
TOTALS	1.245		1.335	

Fonte: SIAFEM  
Nota: Repassados ao FUNDEF em 2002 e 2003 o valor de R\$ 1.335 milhões, assim apurados:

Os valores relativos à redução de endividamento, provenientes das diferenças positivas entre amortizações de dividas e assunção de novas foram assim obtidos:

em R\$ milhões				
2002	2003	2004		
Amortizações de divida - valor contabilizado	509	509		
(*) Amortizações de divida - parcela da despesa não empenhada e não liquidada em 2002, contabilizada em 2003				
(*) Amortizações de divida - valores efetivos do exercício	509	509		
(*) Operações de Crédito (assunção de novas dividas - aumento de endividamento)	421	109		
(*) Redução do endividamento no período - diferença entre amortizações de divida e assunção de novas	88	320		

DEMONSTRATIVO DAS FONTES E APLICAÇÕES DE RECURSOS  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO (BALANÇO FINANCEIRO)  
EXERCÍCIO DE 2004

II - APLICAÇÕES				
2002	2003	2004		
Despesas Orçamentárias	17.743	19.297	91,4%	
Despesas Extra-Orçamentárias	1.074	1.785	8,6%	
TOTAL	18.817	21.082	100%	
Despesas Orçamentárias	17.743	19.297	91,4%	
Despesas Extra-Orçamentárias	1.074	1.785	8,6%	
TOTAL	18.817	21.082	100%	

II - APLICAÇÕES				
2002	2003	2004		
Despesas Orçamentárias	17.743	19.297	91,4%	
Despesas Extra-Orçamentárias	1.074	1.785	8,6%	
TOTAL	18.817	21.082	100%	
Despesas Orçamentárias	17.743	19.297	91,4%	
Despesas Extra-Orçamentárias	1.074	1.785	8,6%	
TOTAL	18.817	21.082	100%	

II - APLICAÇÕES				
2002	2003	2004		
Despesas Orçamentárias	17.743	19.297	91,4%	
Despesas Extra-Orçamentárias	1.074	1.785	8,6%	
TOTAL	18.817	21.082	100%	
Despesas Orçamentárias	17.743	19.297	91,4%	
Despesas Extra-Orçamentárias	1.074	1.785	8,6%	
TOTAL	18.817	21.082	100%	

O Tribunal de Contas, em diversas oportunidades, tem manifestado as suas preocupações com a situação financeira e

provenientes  
assunção de

dóla e moção de

em R\$ milhões	2000	2001
500	500	500
500	500	500
500	500	500
500	500	500
500	500	500

em R\$ milhões	2000	2001
100	100	100
100	100	100
100	100	100
100	100	100
100	100	100
100	100	100

em R\$ milhões	2000	2001
100	100	100
100	100	100
100	100	100
100	100	100
100	100	100
100	100	100

em R\$ milhões	2000	2001
100	100	100
100	100	100
100	100	100
100	100	100
100	100	100
100	100	100

em R\$ milhões	2000	2001
100	100	100
100	100	100
100	100	100
100	100	100
100	100	100
100	100	100

em R\$ milhões	2000	2001
100	100	100
100	100	100
100	100	100
100	100	100
100	100	100
100	100	100

em R\$ milhões	2000	2001
100	100	100
100	100	100
100	100	100
100	100	100
100	100	100
100	100	100

em R\$ milhões	2000	2001
100	100	100
100	100	100
100	100	100
100	100	100
100	100	100
100	100	100

em R\$ milhões	2000	2001
100	100	100
100	100	100
100	100	100
100	100	100
100	100	100
100	100	100

em R\$ milhões	2000	2001
100	100	100
100	100	100
100	100	100
100	100	100
100	100	100
100	100	100

patrimonial daquela instituição. São exemplos as manifestações formuladas nas contas de gestão de 2001 e 2002:

2001

Os déficits demonstrados neste exercício estão muito superiores aos do exercício de 2000, conforme demonstrado a seguir:

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO DE 2000*	EXERCÍCIO DE 2001*
R\$	R\$	R\$
Deficit (receita arrecadada x despesa liquidada)	416.812.632,27	1.379.899.992,55
Deficit (receita arrecadada x despesa paga)	250.086.425,89	933.463.612,34

Fonte: \*Valores do exercício de 2000 extraídos da prestação de contas de gestão do governo do Estado do Rio de Janeiro de 2000 (Processo TCE n.º 105067-8/01).

O desequilíbrio mensal entre receita e despesa e o aumento do déficit, no exercício de 2001, revelam-se preocupantes, havendo a necessidade da capitalização imediata do Fundo, o que incidirá em ressalva e determinação.

(...)

Analisando o balanço encerrado em dezembro de 2001 (extraído do SIAFEM-RJ), verificamos que o ativo total subtraído do passivo circulante resulta no ativo líquido previdenciário de R\$33.819.749.757,00, conforme quadro a seguir:

R\$	
Ativo Total	8.241.217.008,97
(-) Exigível	306.375.171,91
Ativo Líquido Previdenciário	7.934.841.837,06
(-) Reservas Matemáticas	41.754.591.594,06
Totais	
Deficit	(33.819.749.757,00)

Constata-se, assim, que o valor do ativo líquido previdenciário não é suficiente para cobrir as reservas matemáticas de benefícios concedidos e a conceder, no valor de R\$41.754.591.594,06, sendo, portanto, apurado um déficit técnico no valor de R\$33.819.749.757,00, equivalente a 4,26 vezes o ativo líquido previdenciário.

2002

Os déficits apurados no exercício de 2002 são bem superiores ao verificado nos exercícios anteriores, a saber:

	2000	2001	2002
Deficit (Receita Arrecadada x Despesa Liquidada)	416.812.632,27	1.379.899.992,55	1.895.254.176,00
Deficit (Receita Arrecadada x Despesa Paga)	250.086.425,89	933.463.612,34	1.766.776.770,82

Fonte: Valores do exercício de 2000 e 2001 extraídos das prestações de contas de gestão do Governo do Estado do Rio de Janeiro de 2000 e 2001 (Processos TCE n.º 105067-8/01 e 103089-4/02).

Tendo em vista que os benefícios previdenciários estão sendo pagos regularmente, conclui-se que os déficits acima apontados estão sendo cobertos com crescentes aportes efetuados por parte do Tesouro Estadual.

O aumento do déficit da execução orçamentária revela o desequilíbrio estrutural do RIOPREVIDÊNCIA. Caso não seja adotada nenhuma providência, em caráter de urgência, a própria existência do Fundo está comprometida, ficando o Estado distante de solucionar a sua questão previdenciária.

(...)

O ativo total subtraído do passivo circulante resulta no ativo líquido previdenciário de R\$11.245.231.039,29, a saber:

Ativo Total	11.516.215.463,08
(-) Exigível (Passivo Circulante)	270.984.423,79
Ativo Líquido Previdenciário	11.245.231.039,29
(-) Provisões Matemáticas Totais	47.531.344.031,38
Deficit	(36.286.112.992,09)

Ativo Líquido Previdenciário = Ativo Total - Exigível  
Deficit = Ativo Líquido Previdenciário - Provisões Matemáticas

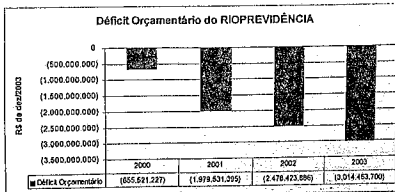
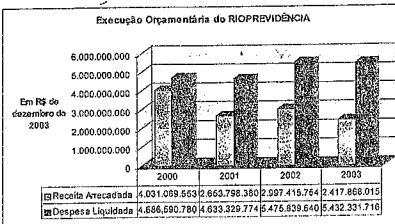
O déficit técnico de R\$36.286.112.992,09 caracteriza a insuficiência do valor do ativo líquido previdenciário para cobrir as reservas matemáticas de benefícios concedidos e a conceder no valor de R\$47.531.344.031,38.

Para o exercício de 2003, sob exame, os quadros seguintes refletem com clareza a situação daquele Instituto:

RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO RIOPREVIDÊNCIA

		R\$ constantes		
	2000	2001	2002	2003
A Receita Arrecadada	2.663.182.256	1.649.920.832	2.292.127.970	2.364.894.381
B Despesa Liquidada	2.979.564.889	3.229.820.825	4.187.300.152	5.313.315.494
C=A-B	(416.812.632)	(1.379.899.993)	(1.895.254.176)	(2.348.419.112)

		R\$ de dezembro de 2003		
	2000	2001	2002	2003
A Receita Arrecadada	4.031.089.553	2.853.798.380	2.997.415.754	2.417.865.015
B Despesa Liquidada	4.686.590.780	4.633.329.774	5.475.939.640	6.432.331.716
C=A-B	(655.501.227)	(1.979.531.393)	(2.478.523.885)	(3.014.466.700)

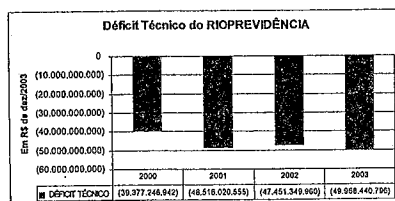


Os valores aportados pelo Estado para cobrir a insuficiência de caixa vêm drenando o Tesouro Estadual e reduzindo a capacidade de investimento público. Registre-se que o balanço patrimonial contabiliza no passivo as reservas matemáticas no expressivo valor de R\$61 bilhões.

A evolução do déficit técnico da autarquia (déficit previdenciário), bem como das reservas matemáticas, entre os exercícios de 2000 e 2003, encontram-se abaixo explicitadas:

	2000	2001	2002	2003
Ativo Total	7.405.552.800	8.241.217.009	11.516.215.463	12.714.273.152
Passivo Circulante	354.672.706	306.375.172	270.984.424	594.718.600
Ativo Líquido Previdenciário	7.051.280.094	7.934.841.837	11.245.231.039	12.119.554.552
Benefícios concedidos	22.461.126.941	25.875.696.481	25.864.845.070	35.502.730.837
Benefícios a conceder	9.828.143.134	15.870.893.113	21.866.498.954	25.490.487.490
Total das Reservas Matemáticas	32.289.270.075	41.754.591.594	47.531.344.031	60.993.227.127

		em R\$ (valores constantes)			
		2000	2001	2002	2003
Ativo Total		11.647.341.969	11.922.413.137	15.059.754.501	12.999.072.871
Passivo Circulante		567.793.858	439.509.584	354.366.331	608.038.252
Ativo Líquido Previdencial		11.089.548.109	11.382.903.553	14.705.288.169	12.391.034.619
Benefícios Concedidos		35.324.614.345	37.119.005.829	33.823.457.908	36.298.001.005
Benefícios a conceder		15.142.180.707	22.779.018.479	28.332.280.682	26.001.474.410
Total das Reservas Matemáticas		50.466.795.052	59.898.924.107	62.155.738.590	62.359.475.415
Ativo Total		11.647.341.969	11.922.413.137	15.059.754.501	12.999.072.871
Passivo Circulante		567.793.858	439.509.584	354.366.331	608.038.252
Ativo Líquido Previdencial		11.089.548.109	11.382.903.553	14.705.288.169	12.391.034.619
Benefícios Concedidos		35.324.614.345	37.119.005.829	33.823.457.908	36.298.001.005
Benefícios a conceder		15.142.180.707	22.779.018.479	28.332.280.682	26.001.474.410
Total das Reservas Matemáticas		50.466.795.052	59.898.924.107	62.155.738.590	62.359.475.415



d) CEDAE - Aspectos econômico-financeiros

Observo, com grande preocupação, os indicadores da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE). Com efeito, as perdas no fornecimento, o alto grau de inadimplência dos usuários dos

serviços, os constantes prejuízos e os aportes de capital efetuados pelo Governo do Estado demonstram um cenário de dificuldades para que a empresa consiga realizar os investimentos necessários para atender às demandas de água, saneamento e despoluição de recursos hídricos ameaçados pela população fluminense atendida pela CEDAE. (Ver Capítulo V.6.4 das Contas de Gestão completas).

A incapacidade da Companhia em apresentar resultados positivos sobrecarrega o caixa e aumenta o endividamento estadual, além de promover os constantes atrasos que vêm sendo observados em importantes projetos estaduais, tais como o de despoluição da Baía de Guanabara, construção do emissário submarino e o saneamento da Baixada de Jacarepaguá e da Barra da Tijuca.

Para fins de comparação, examino os indicadores da CEDAE confrontados com os da Companhia de Saneamento Básico Estado de São Paulo (SABESP) - empresa com 71,5 % de seu capital pertencente ao Governo do Estado de São Paulo.

Exercício de 2001

		R\$ milhões	
Demonstração do Resultado do Exercício		CEDAE	SABESP
		(a)	(b)
Receita Bruta de Vendas e Serviços		1.441	3.544
(-) Dedução da Receita Bruta		(169)	(109)
(-) Receita Líquida de Vendas e Serviços		1.272	3.435
(-) Custo dos Bens e Serviços		(681)	(1.580)
(-) Resultado Bruto		611	1.844
(-) Despesas Gerais e Administrativas		(596)	(536)
(-) Despesas Financeiras		(213)	(1.105)
(+/-) Receitas Financeiras		15	100
(+/-) Outras Receitas e Despesas		12	(160)
(-) Resultado Operacional		(171)	203
(+/-) Resultado Não Operacional		117	(77)
(-) Resultado antes de Tributação e Participações		(55)	127
Participações			
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social		-	(21)
(+/-) Impostos Diferidos		-	111
(-) Lucro (Prejuízo) do Exercício		(55)	216

Fonte: Demonstrações Financeiras auditadas, do exercício expirado.

Fonte: Demonstrações Financeiras auditadas, do exercício apontado.

Exercício de 2002

		(R\$ milhões)	
Demonstração do Resultado do Exercício		CEDAE	SABESP
	(a)	(b)	
Receita Bruta de Vendas e Serviços	1.557	3.962	
(-) Dedução da Receita Bruta	(187)	(195)	
(=) Receita Líquida de Vendas e Serviços	1.370	3.767	
(-) Custo dos Bens e Serviços	(671)	(1.815)	
(=) Resultado Bruto	699	1.952	
(-) Despesas Gerais e Administrativas	(638)	(611)	
(-) Despesas Financeiras	(839)	(2.419)	
(+) Receitas Financeiras	14	143	
(=) Resultado Operacional	(764)	(935)	
(+) Resultado Não Operacional	124	(4)	
(=) Resultado antes de Tributação e Participações	(640)	(939)	
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	-	(3)	
(+) Participações Diversas	-	(35)	
(+) Impostos Diferidos	-	326	
(=) Lucro (Prejuízo) do Exercício	(640)	(651)	

Fonte: Demonstrações Financeiras auditadas, do exercício apontado.

Exercício de 2003

		(R\$ milhões)	
Demonstração do Resultado do Exercício		CEDAE (a)	SABESP (b)
Receita Bruta de Vendas e Serviços		1.785	4.307
(-) Dedução da Receita Bruta		(218)	(197)
= Receita Líquida de Vendas e Serviços		1.567	4.110
(-) Custo dos Bens e Serviços		(754)	(2.047)
= Resultado Bruto		812	2.063
(-) Despesas Gerais e Administrativas		(612)	(551)
(-) Despesas Financeiras		(438)	(638)
(+/-) Receitas Financeiras		14	292
(+/-) Outras Receitas e Despesas		1	(1)
= Resultado Operacional		(223)	-1.165
(+/-) Resultado Não Operacional		(275)	(54)
= Resultado antes de Tributação e Participações		(498)	-1.111
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social		-	(216)
(-) Participações Diversas		-	(35)
(+/-) Impostos Diferidos		-	(27)
= Lucro (Prejuízo) do Exercício		(498)	-833

Fonte: Demonstrações Financeiras auditadas, do exercício apontado.

Pode-se aferir que percentualmente os custos dos bens e serviços prestados pela CEDAE e SABESP em relação à receita líquida de vendas e serviços são semelhantes. Entretanto, as despesas gerais e administrativas da CEDAE em relação à receita líquida de vendas e serviços superam em aproximadamente 3 (três) vezes os percentuais apresentados pela SABESP, conforme demonstrado:

		R\$ (milhões)	
	2001	2002	2003
Receita Líquida de Vendas e Serviços	1.272	1.370	1.567
(-) Custo dos Bens e Serviços	(681)	(671)	(754)
(=) Resultado Bruto	611	699	812
(-) Despesas Gerais, Vendas e Administrativas	(596)	(638)	(612)

		R\$ (milhões)	
	2001	2002	2003
Receita Líquida de Vendas e Serviços	1.370	1.370	1.370
(-) Custo dos Bens e Serviços	(671)	(671)	(671)
(=) Resultado Bruto	699	699	699
(-) Despesas Gerais, Vendas e Administrativas	(638)	(638)	(638)





b) permuta de OFTs com antecipação de vencimentos, gerando recursos ao RIOPREVIDÊNCIA de R\$402 milhões;  
c) liberação de recursos da conta b junto à Caixa Econômica (saldo em 31/12/03 de R\$1.410.804,31), permitindo ao BANERJ liberar R\$540 milhões. A operação possibilitou o pagamento em 2003 do 13.º salário dos servidores relativo ao exercício a título de "empréstimo" aos servidores. O valor total foi repassado ao Estado em 5/1/04, quitando o Estado o adiantamento do BANERJ. Registre-se que face às suas peculiaridades, a operação não aparece registrada nos assentamentos contábeis de 2003, nem mesmo como garantidor da operação.

**l) Limites Constitucionais e da Lei de Responsabilidade Fiscal**

As contas de gestão demonstram que o Estado (valores consolidados) e os Poderes Executivo, Legislativo (incluindo o Tribunal de Contas do Estado) e Judiciário, bem como o Ministério Público, cumpriram os limites fixados na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/2000) e atenderam aos parâmetros previstos nas Constituições Federal e Estadual.

**QUADROS-RESUMO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS**

**CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

Valores consolidados:

LÍMITE	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	LÍMITE FIXADO	VALOR ALCANÇADO
Gastos com Pessoal	art. 169 da Constituição Federal		
	art. 71 da LRF	53,05% da Receita Corrente Líquida	
	parágrafo único do art. 22 da LRF (limite prudencial)	57% da Receita Corrente Líquida	
	inciso II, art. 20 da LRF (limite legal)	60% da Receita Corrente Líquida	49,39% da Receita Corrente Líquida

**Poder Executivo:**

LÍMITE	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	LÍMITE FIXADO	VALOR ALCANÇADO
Gastos com Pessoal	art. 169 da Constituição Federal		
	art. 71 da LRF	42,51% da Receita Corrente Líquida	41,46% da Receita Corrente Líquida
	parágrafo único do art. 22 da LRF (limite prudencial)	46,55% da Receita Corrente Líquida	
FUNDEF	art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias	no mínimo 60% dos recursos recebidos do FUNDEF no pagamento de profissionais em efetivo exercício	100% dos recursos recebidos do FUNDEF utilizados no pagamento de profissionais em efetivo exercício
	Lei Federal n.º 9424/96	28,92% da Receita de Impostos	28,92% da Receita de Impostos
Gastos com Ensino	art. 212 da Constituição Federal	25% da Receita de Impostos	70,45% do caput do art. 212 da Constituição Federal
Gastos com Ensino Fundamental	art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias	60% do caput do art. 212 da Constituição Federal	
Gastos com Saúde	§1.º, art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias		
	Lei Estadual n.º 4167/03	10,04% da Receita de Impostos correspondente	11,56% da Receita de Impostos correspondente
	Lei Estadual n.º 4179/03		

**CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**

LÍMITE	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	MÍNIMO	EMPENHADO
FECAM	Emenda Constitucional Estadual n.º 31/03	5% da compensação financeira a que se refere o art. 20, §1.º da Constituição Federal	5,08%

Não obstante o atendimento às disposições legais – na medida que o Poder Executivo empenhou 5,06% da receita corrente líquida para o Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FECDU) – registro que as despesas liquidadas equivaleram a 1,38% das mesmas receitas, o que enseja determinações no sentido de que o saldo de R\$101.004 mil seja liquidado durante o exercício de 2004, em adição aos valores fixados na Constituição Estadual para o exercício corrente de 2004.

LÍMITE	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	REPASSÉ (R\$ mil)	VALOR REPASSADO (R\$ mil)
FAPERJ	Emenda Constitucional Estadual n.º 32/03 (*)	95.881 mil	102.395 mil

(\*) Conforme art. 3.º da Emenda Constitucional n.º 32/03, a destinação anual à FAPERJ para 2003 deve observar no mínimo o valor efetivamente pago, ocorrido no exercício de 2002, acrescido da correção em função da variação nominal da receita tributária acumulada ano a ano, deduzidas as transferências e vinculações constitucionais e legais.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	RECEITA A CONTA DO FECP (R\$ mil)	DESPESA PAGA (R\$ mil)	RECURSOS EM CONTA ESPECÍFICA (R\$ mil)
Leis Estaduais n.ºs 4058/02 e 4086/03	993.705 mil	386.188 mil	607.493 mil

(\*) total da Receita auferida consoante dispositivo constitucional, a qual é controlada através de Fonte de Recurso específica (Fonte 022)

No que respeita ao recém-criado Fundo de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – FECP (Leis 4058/2002 e 4086/2003), verifica-se a existência de saldo em conta específica no valor de R\$607.493.167,31, o qual enseja determinação para seu efetivo desembolso durante o exercício de 2004, em adição ao valor efetivamente arrecadado em 2004.

**CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

Poder Legislativo:

Assembleia Legislativa:

LÍMITE	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	LÍMITE FIXADO	VALOR ALCANÇADO
Gastos com Pessoal	art. 169 da Constituição Federal		
	art. 71 da LRF	1,45% da Receita Corrente Líquida	1,15% da Receita Corrente Líquida
	parágrafo único do art. 22 da LRF (limite prudencial)	1,60% da Receita Corrente Líquida	
	inciso II, §2.º, art. 20 da LRF (limite legal)	1,68% da Receita Corrente Líquida	

Tribunal de Contas:

LÍMITE	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	LÍMITE FIXADO	VALOR ALCANÇADO
Gastos com Pessoal	art. 169 da Constituição Federal		
	art. 71 da LRF	1,11% da Receita Corrente Líquida	
	parágrafo único do art. 22 da LRF (limite prudencial)	1,25% da Receita Corrente Líquida	0,96% da Receita Corrente Líquida
	inciso II, §2.º, art. 20 da LRF (limite legal)	1,32% da Receita Corrente Líquida	

Poder Legislativo consolidado:

LÍMITE	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	LÍMITE FIXADO	VALOR ALCANÇADO
Gastos com Pessoal	art. 169 da Constituição Federal		
	art. 71 da LRF	2,59% da Receita Corrente Líquida	
	parágrafo único do art. 22 da LRF (limite prudencial)	2,85% da Receita Corrente Líquida	2,11% da Receita Corrente Líquida
	alínea a, inciso II, art. 20 da LRF (limite legal)	3,00% da Receita Corrente Líquida	

**CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

Poder Judiciário:

LÍMITE	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	LÍMITE FIXADO	VALOR ALCANÇADO
Gastos com Pessoal	art. 169 da Constituição Federal		
	art. 71 da LRF	5,72% da Receita Corrente Líquida	
	parágrafo único do art. 22 da LRF (limite prudencial)	5,70% da Receita Corrente Líquida	4,81% da Receita Corrente Líquida
	alínea b, inciso II, art. 20 da LRF (limite legal)	6,00% da Receita Corrente Líquida	

Ministério Público:

LÍMITE	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	LÍMITE FIXADO	VALOR ALCANÇADO
Gastos com Pessoal	art. 169 da Constituição Federal		
	art. 71 da LRF	1,11% da Receita Corrente Líquida	
	parágrafo único do art. 22 da LRF (limite prudencial)	1,90% da Receita Corrente Líquida	1,01% da Receita Corrente Líquida
	alínea d, inciso II, art. 20 da LRF (limite legal)	2,00% da Receita Corrente Líquida	

**LEI COMPLEMENTAR N.º 101/00 (LRF)**

LÍMITE	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	META (R\$ mil)	RESULTADO ALCANÇADO (R\$ mil)
Resultado Nominal (1)	§1.º, art. 4.º da LRF		
Resultado Primário	art. 2.º da Lei Estadual n.º 3905/02 (Lei de Diretrizes Orçamentárias)	839.873 mil (valores médios 2002)	(361.611 mil) (valores médios 2002)
	§1.º, art. 4.º da LRF		
Metas Bimestrais de Arrecadação	art. 2.º da Lei Estadual n.º 3905/02 (Lei de Diretrizes Orçamentárias)	1.626.088 mil (despesa líquida) (valores médios 2002)	1.934.844 mil (despesa líquida) (valores médios 2002)
	art. 13 da LRF		
Metas Bimestrais de Arrecadação	art. 6.º da Lei Estadual n.º 4060/02 (Lei de Orçamento Anual)	24.039.034 mil	24.433.175 mil
	art. 6.º da Lei Estadual n.º 4060/02 (Lei de Orçamento Anual)		

(1) os valores de 2003, indicam redução real do endividamento em R\$ 361 milhões.

LÍMITE	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	LÍMITE FIXADO	VALOR ALCANÇADO
Divida Consolidada Líquida (*)	art. 30 da LRF		
	art. 3.º da Resolução n.º 40/2001 do Senado Federal	220,65% da Receita Corrente Líquida	203,23% da Receita Corrente Líquida
Operações de Crédito	inciso III, §1.º do art. 32 da LRF		
	inciso I, art. 7.º da Resolução n.º 43/2001 do Senado Federal	16% da Receita Corrente Líquida	0,99% da Receita Corrente Líquida
Garantias e Contragarantias(**)	art. 40 da LRF		
	artigo 9.º da Resolução n.º 43/2001 do Senado Federal	22% da Receita Corrente Líquida	3,41% da Receita Corrente Líquida

(\*) Limite suspenso por força do disposto na Resolução n.º 20/2003 do Senado Federal

(\*\*) Conforme ressaltado anteriormente, a operação que possibilitou o pagamento em 2003 do 13.º salário dos servidores (competência 2003) a título de "empréstimo" aos servidores não aparece registrada nos assentamentos contábeis de 2003, nem mesmo como garantidor da operação.

**PARECERES PRÉVIOS**

Considerando que, nos termos da legislação em vigor, o Tribunal de Contas, conforme o artigo 75 da Constituição Federal, combinado com o artigo 122 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, já com a alteração dada pela Emenda Constitucional Federal n.º 19/98, é responsável pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado;

Considerando, com fulcro no artigo 123 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, combinado com a Lei Complementar n.º 63/90, que é de competência desta Corte de Contas emitir parecer prévio sobre as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado e sugerir as medidas convenientes para a final aprovação da Assembleia Legislativa;

Considerando que as Contas de Gestão do Governo do Estado do Rio de Janeiro, relativas ao exercício de 2003, sob responsabilidade direta da Excelentíssima Senhora Governadora Rosinha Garotinho, foram prestadas dentro do prazo constitucional;

Considerando que as Contas do Chefe do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, constituídas dos respectivos balanços gerais e das demonstrações técnicas de natureza contábil, incluindo, além das suas próprias, as dos Presidentes da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Justiça, bem como as do Chefe do Ministério Público, de forma consolidada, com base no disposto no artigo 56 da Lei Complementar n.º 101/00, foram elaboradas com observância das disposições legais pertinentes;

Considerando o relatório apresentado pela comissão de auditoria designada pela Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro;

Considerando o relatório apresentado pela Auditoria-Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;

Considerando o relatório apresentado pela Auditoria-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;

Considerando o relatório apresentado pela Auditoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro;

Considerando a detalhada análise realizada pelo Corpo Instrutivo deste Tribunal, bem como a conclusão, opina pela emissão de parecer prévio favorável, com ressalvas, determinações e recomendações à aprovação das contas do Chefe do Poder Executivo e pela emissão do parecer prévio favorável à aprovação das contas dos Presidentes da Assembleia Legislativa, do Presidente do Tribunal de Justiça e dos Chefes do Ministério Público;

Considerando o parecer exarado pelo Procurador de Justiça Dr. Júlio Lambertson Rabello;

Considerando o minucioso exame a que procedeu minha Assessoria Técnica;

Apresento os projetos de parecer prévio das contas do Chefe do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, dos Presidentes da Assembleia Legislativa, do Chefe do Poder Judiciário e dos Chefes do Ministério Público, referentes ao exercício de 2003, com as Conclusões que passo a relacionar:

**QUANTO AO PODER EXECUTIVO**

Considerando que as contas do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, referentes ao exercício de 2003, constituídas dos respectivos balanços gerais do Estado e das demonstrações técnicas de natureza contábil, incluindo, além das suas próprias, as dos Poderes Legislativo e Judiciário, bem como as do Ministério Público, de forma consolidada, com base no disposto no artigo 56 da Lei Complementar n.º 101/00;

Considerando o relatório apresentado pela Auditoria-Geral do Estado, órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo, sobre as contas consolidadas;

Considerando a detalhada análise realizada pelo Corpo Informativo, que, em conclusão, opina pela emissão de parecer prévio favorável, à aprovação das contas do Poder Executivo referentes ao exercício de 2003, com determinações e recomendações;

Considerando o parecer exarado pelo Procurador de Justiça Dr. Julio Lambertton Rabello;

Considerando o minucioso exame realizado por minha Assessoria Técnica;

Considerando que o parecer deve refletir a análise técnica das contas examinadas, ficando o julgamento das mesmas sujeito à Assembleia Legislativa;

Considerando que o Estado efetuou aplicações na manutenção e desenvolvimento do ensino equivalentes a 28,92% da sua receita de impostos, percentual este superior ao mínimo estabelecido no artigo 212 da Constituição Federal, que é de 25% daquela receita;

Considerando que foram aplicados no ensino fundamental o percentual de 70,45, superior ao mínimo estabelecido no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que é de 60% dos recursos afetados no artigo 212 da Constituição Federal;

Considerando que o Estado efetuou gastos totais com pessoal equivalentes a 49,39% de sua receita corrente líquida, sendo 11,46% pertencentes ao Poder Executivo, percentual este inferior aos gastos máximos estabelecidos nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/00, respectivamente 60% e 49%;

Considerando que foi gasto nas ações e serviços públicos de saúde o equivalente a 11,65% dos impostos citados no inciso III do artigo 7º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, conforme § 1º do mesmo artigo, quando o mínimo a ser aplicado seria de 10,04% daqueles;

Considerando que foram observados os limites referentes à permissão de crédito e concessão de garantias e contragarantias, nos termos da Resolução nº 43/01 do Senado Federal;

Considerando que o Poder Executivo atendeu ao limite estabelecido na Emenda Constitucional Estadual nº 31/03, pertinente aos limites relativos ao Fundo Estadual de Conservação Ambiental - ECAM, face ao empenhamento de despesas equivalente a 5,06% da despesa financeira a que se refere o artigo 20, § 1º, da Constituição Federal, superior, portanto, ao limite de 5% de tais recursos;

Considerando que o Poder Executivo atendeu ao limite estabelecido na Emenda Constitucional Estadual nº 32/03, haja vista terem sido repassados à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ recursos superiores ao limite estabelecido no artigo 3º da citada Emenda;

Considerando que o Poder Executivo atendeu ao disposto na Emenda Constitucional Estadual nº 33/03, haja vista terem sido destinados ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECP) os recursos previstos na citada Emenda;

Considerando a impossibilidade de verificação do atendimento ao disposto no artigo 72 da Lei de Responsabilidade Fiscal, face à não-remessa de elementos relativos aos gastos com terceirização e mão-de-obra no exercício de 1999;

Considerando que, nos termos da legislação em vigor, ficam excluídos de prévia quitação as responsabilidades de ordenadores e afiliações de despesas, bem como de pessoas que arrecadaram e geriram dinheiro, valores e bens estaduais, ou pelos quais seja o Estado responsável, cujos processos pendem de exame por esta Corte de Contas;

Pela emissão de parecer prévio favorável à aprovação pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro das contas do Chefe do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, Excelentíssimo Senhor Governador Rosinha Garotinho, referentes ao exercício de 2003, com as ressalvas e determinações a seguir indicadas:

**RESSALVAS COM DETERMINAÇÕES**

**RESSALVA 1 - QUANTO À SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E PATRIMONIAL DO RIO DE JANEIRO**

1. O ROPREVIDÊNCIA vem registrando ao longo dos anos sucessivos e crescentes déficits orçamentários, que em 2003 chegaram a R\$29 bilhões. O déficit técnico da autarquia insuficiência do valor do ativo líquido previdenciário para cobrir as despesas matemáticas de benefícios concedidos e a conceder totalizou, em 2003, o montante de R\$48,9 bilhões.

**DETERMINAÇÃO 1 - À SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO - SARE**

Para que proceda estudos e implemente soluções visando à reestruturação do ROPREVIDÊNCIA, a fim de adaptá-lo às reais condições do Estado, tornando-o viável financeira e atuarialmente.

**DETERMINAÇÃO 2 - AO FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ROPREVIDÊNCIA**

Para que a administração empreenda esforços visando à reversão dos déficits orçamentários que a entidade vem acumulando nos últimos anos, efetivando medidas de forma a minorar o déficit técnico da autarquia.

**RESSALVA 2 - QUANTO À SITUAÇÃO PATRIMONIAL DA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**

1. A CEDAE vem registrando ao longo dos anos prejuízos que, em 2003, correspondem a R\$49 milhões, acumulando entre 2001 e 2003 cifra de R\$12,2 bilhões. Tal situação onera o tesouro estadual, que vem salientando aumentos de capital na empresa (2003 - R\$12,2 bilhões, acumulando entre 2001 e 2003 o valor de R\$19,9 bilhões). Destaque-se ainda o alto valor registrado no "contas a receber" da entidade em 2003 - R\$27 bilhões -, bem como o provisorio aumento para perdas no mesmo ano no montante de R\$1,6 bilhões.

**DETERMINAÇÃO 3 - À COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**

Para que a Administração empreenda esforços visando à reversão dos prejuízos que a empresa vem acumulando, efetivando, entre outras medidas, ações que propiciem liquidez ao "contas a receber".

**DETERMINAÇÃO 4 - À SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO URBANO - SEMADUR**

Para que proceda a estudos e implemente soluções visando à reestruturação da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE, de modo a serem revertidos os prejuízos que a empresa vem acumulando, salientando, entre outras medidas, ações que propiciem liquidez ao "contas a receber" da entidade.

**RESSALVA 3 - QUANTO AOS GASTOS DO FUNDO ESTADUAL DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO URBANO - ECAM**

1. Os valores devidos ao FECAM em 2003, calculados a partir da Emenda Constitucional Estadual nº 31/03, foram empenhados dentro dos limites constitucionais (receita conforme dispositivo constitucional - R\$137,183 mil; despesas empenhadas - R\$138,869 mil).

RESSALVA 4 - QUANTO À DÍVIDA ATIVA ESTADUAL

4.1 O saldo da dívida ativa estadual - item do ativo permanente - totalizou em 31/12/03 o expressivo valor de R\$11,7 bilhões. Durante tal exercício foram arrecadadas receitas da espécie, totalizando R\$33,2 milhões, ou seja, apenas 0,28% do estoque da rubrica.

4.2 As informações acerca das certidões da dívida ativa geradas pelo sistema do PRODERJ carecem de fidedignidade.

**DETERMINAÇÃO 5 - À SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO URBANO - SEMADUR**

Para que proceda, quando da realização da próxima inspeção a ser efetuada na Procuradoria da Dívida Ativa, seja incluída no escopo dos trabalhos a apuração dos fatos descritos no Tópico IV.3.1.2.2 do presente relatório.

**DETERMINAÇÃO 6 - QUANTO ÀS DESPESAS COM PESSOAL**

6.1 Indévida classificação econômica da despesa com pessoal inativo do PREVI-BANERJ.

**DETERMINAÇÃO 7 - QUANTO AOS GASTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

7.1 Confecção do balanço orçamentário sem o registro de todas as despesas realizadas em 2003.

**DETERMINAÇÃO 8 - À SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS**

8.1 Publicação das metas bimestrais de arrecadação sem atender ao disposto no artigo 13 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 9 - À SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS**

9.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 10 - À CONTADORIA-GERAL DO ESTADO**

10.1 Proceder à conciliação do saldo patrimonial do exercício de 2003, na medida que foi verificada diferença de R\$1.531.664.345,96 entre o valor constante do balanço patrimonial e aquele obtido a partir do resultado patrimonial do exercício, assim:

Data	Descrição	Movimento	Saldo
XXXX	Saldo em 31/12/03	XXXXXXX	XXXXXXX
XXXX	Recobimento da parcela	XXXXXXX	
XXXX		XXXXXXX	
XXXX		XXXXXXX	
	Reajustamento	XXXXXXX	
	Saldo em 31/12/04		XXXXXXX

**DETERMINAÇÃO 11 - À CONTADORIA-GERAL DO ESTADO**

11.1 Proceder à conciliação do saldo patrimonial do exercício de 2003, na medida que foi verificada diferença de R\$1.531.664.345,96 entre o valor constante do balanço patrimonial e aquele obtido a partir do resultado patrimonial do exercício, assim:

Descrição	Valor (R\$)
Saldo Patrimonial - 2002	(65.741.874.342,22)
Resultado Patrimonial - 2003	(15.013.598.436,00)
Saldo Patrimonial - 2003 (passivo real a descoberto)	(80.755.472.788,22)
Saldo Patrimonial - 2003 conforme balanço patrimonial	(79.223.808.432,26)
Diferença	1.531.664.345,96

**DETERMINAÇÃO 12 - À CONTADORIA-GERAL DO ESTADO**

12.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 13 - À SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE ARRECAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA RECEITA, À CONTADORIA-GERAL DO ESTADO E À PROCURADORIA DA DÍVIDA ATIVA**

13.1 Proceder à conciliação dos saldos das contas de arrecadação, de todos os contratos e operações de crédito.

**DETERMINAÇÃO 14 - À CONTADORIA-GERAL DO ESTADO**

14.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 15 - À SUPERINTENDÊNCIA DO CRÉDITO PÚBLICO E FINANCIAMENTO E À CONTADORIA-GERAL DO ESTADO**

15.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 16 - À SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS**

16.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 17 - À CONTADORIA-GERAL DO ESTADO**

17.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 18 - À SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS**

18.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 19 - À CONTADORIA-GERAL DO ESTADO**

19.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 20 - À SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E GESTÃO**

20.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

DETERMINAÇÃO 13 - À SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE ARRECAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA RECEITA, À CONTADORIA-GERAL DO ESTADO E À PROCURADORIA DA DÍVIDA ATIVA DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO.

Proceder à conciliação dos saldos das contas de arrecadação, de todos os contratos e operações de crédito, levando em consideração os saldos contábeis das contas ativas que registram tais direitos.

**DETERMINAÇÃO 14 - À CONTADORIA-GERAL DO ESTADO**

14.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 15 - À SUPERINTENDÊNCIA DO CRÉDITO PÚBLICO E FINANCIAMENTO E À CONTADORIA-GERAL DO ESTADO**

15.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 16 - À SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS**

16.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 17 - À CONTADORIA-GERAL DO ESTADO**

17.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 18 - À SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS**

18.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 19 - À CONTADORIA-GERAL DO ESTADO**

19.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 20 - À SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E GESTÃO**

20.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 21 - À SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E GESTÃO**

21.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 22 - À SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E GESTÃO**

22.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 23 - À SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E GESTÃO**

23.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 24 - À SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E GESTÃO**

24.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 25 - À SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E GESTÃO**

25.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 26 - À SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E GESTÃO**

26.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 27 - À SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E GESTÃO**

27.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 28 - À SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E GESTÃO**

28.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 29 - À SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E GESTÃO**

29.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 30 - À SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E GESTÃO**

30.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 31 - À SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E GESTÃO**

31.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 32 - À SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E GESTÃO**

32.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 33 - À SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E GESTÃO**

33.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 34 - À SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E GESTÃO**

34.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 35 - À SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E GESTÃO**

35.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 36 - À SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E GESTÃO**

36.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 37 - À SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E GESTÃO**

37.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 38 - À SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E GESTÃO**

38.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 39 - À SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E GESTÃO**

39.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 40 - À SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E GESTÃO**

40.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 41 - À SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E GESTÃO**

41.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 42 - À SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E GESTÃO**

42.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 43 - À SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E GESTÃO**

43.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 44 - À SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E GESTÃO**

44.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 45 - À SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E GESTÃO**

45.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 46 - À SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E GESTÃO**

46.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 47 - À SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E GESTÃO**

47.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 48 - À SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E GESTÃO**

48.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 49 - À SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E GESTÃO**

49.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 50 - À SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E GESTÃO**

50.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 51 - À SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E GESTÃO**

51.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 52 - À SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E GESTÃO**

52.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 53 - À SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E GESTÃO**

53.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 54 - À SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E GESTÃO**

54.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 55 - À SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E GESTÃO**

55.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 56 - À SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E GESTÃO**

56.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 57 - À SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E GESTÃO**

57.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 58 - À SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E GESTÃO**

58.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 59 - À SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E GESTÃO**

59.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 60 - À SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E GESTÃO**

60.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 61 - À SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E GESTÃO**

61.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 62 - À SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E GESTÃO**

62.1 Ausência do demonstrativo previsto no artigo 58 da Lei Complementar 101/00.

**DETERMINAÇÃO 63 - À SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E GESTÃO**

31ª ESTADUAL DE  
JO DA RECEITA, À  
RADORIA DA DÍVIDA

le arrecadação, dívida  
tação, para que todos  
milares, apresentando

le dos contratos de  
correções nos saldos  
os.

O ESTADO  
ntratos de outorgas,  
tualizações dentro do  
de que as mesmas  
s nos demonstrativos  
frem;  
de 2004 a planilha de  
necessões ocorrida no  
julr demonstrada:

o Saldo
XXXXXXX
XX
XX
XX
XX
XXXXXXX

de 2003.

ESTADO  
onial do exercício de  
R\$1.531.654.345,96  
jele obtido a partir do

Valor
(R\$)
(65.741.874.342,
22)
(15.013.598.436,
00)
(80.755.472.788,
22)
(79.223.808.432,
26)
1.531.654.345,96

fundada, de todos os

31ª DO CRÉDITO  
GERAL DO ESTADO  
a fundada todos os  
a estadual (interna e  
Indireta, incluindo as  
lidos e consistentes

contas a receber da  
tção, em relação aos

ESTADO  
In.º 1.8.B.3.2.01.00 -  
mente represente os  
Estado.

STRUMENTOS DE  
AL  
tção sem atender ao

DE FINANÇAS  
metas bimestrais de  
ômbate à evasão e à  
das para a cobrança  
nante dos créditos  
nforme determina o

artigo 58 de Lei

RAL DO ESTADO,  
URO ESTADUAL,  
A ESTADUAL E

ontas de Gestão do  
de as providências  
ômbate à sonegação,  
is, demais medidas de  
as, conforme disposto

1.º do artigo 165 da

JO DE CONTROLE E

do Projeto de Lei  
strativo regionalizado  
de Isenções, anistias,  
nancela, tributária e  
165 da Constituição

artigo 14 da Lei

DETERMINAÇÃO 21 - À SECRETARIA DE ESTADO DA RECEITA

Para que encaminhe, nas próximas contas de gestão do Governo Estadual, demonstrativo evidenciando a concessão de incentivo ou benefício de natureza tributária, acompanhada da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois seguintes, bem como das respectivas medidas de compensação, conforme dispõe o artigo 14 da Lei Complementar n.º 101/00.

8.5 Realização de alteração orçamentária em desacordo com o disposto no artigo 42 da Lei Federal n.º 4320/64, haja vista a suspensão dos efeitos do Decreto n.º 33807 de 26/09/03, através de medida liminar concedida em sede de representação por inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

DETERMINAÇÃO 22 - À SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO

Pela realização de inspeção extraordinária para que verifique os efeitos contábeis, orçamentários e financeiros, produzidos pelo Decreto n.º 33807/03, face à medida liminar referida no item 8.5 acima.

RESSALVA 9: QUANTO AO CONTROLE DO PATRIMÔNIO DO ESTADO

9.1 Falta de avaliação, identificação e comprovação da titularidade e ocupação do patrimônio imobiliário do Estado, comprometendo o ativo permanente, o resultado econômico alcançado pelo Estado em 2003 e a conta Saldo Patrimonial.

DETERMINAÇÃO 23 - À SUPERINTENDÊNCIA DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

Para que encaminhe ao Tribunal de Contas, no fechamento do exercício, juntamente com as contas do Governador de 2004, a relação das reavaliações efetuadas nos exercícios de 2003 e 2004, contendo todas as informações enviadas à Contadoria-Geral do Estado para o registro contábil.

DETERMINAÇÃO 24 - À CONTADORIA-GERAL DO ESTADO

Para que regularize a situação das contas "1.4.2.1.1.80 - Terrenos" e "1.4.2.1.1.81 - Edifícios", as quais apresentaram diversos bens lançados pelo valor histórico (R\$0,01, R\$0,02 e outros valores bem reduzidos), de forma que nesta conta sejam lançados apenas bens cujo valor esteja atualizado.

DETERMINAÇÃO 25 - À CONTADORIA-GERAL DO ESTADO, À COMPANHIA DO METROPOLITANO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (EM LIQUIDAÇÃO) E À COMPANHIA DE TRANSPORTES SOBRE TRILHOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (RIOTRILHOS)

Efetue análise nas contas "1.4.2.1.6.01 - Correção Monetária dos Bens Imóveis" e "1.4.2.1.6.02 - Correção Monetária dos Bens Móveis", com a finalidade de identificar a natureza dos valores registrados nas respectivas contas, a existência física, e se estes estariam passíveis de correção, depreciação e transferência a outras contas já existentes no permanente.

DETERMINAÇÃO 26 - À SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO

Para que, através da Inspeção competente, avalie, por meio de Inspeção Extraordinária, a atual situação dos controles da SUPATI, a suficiência dos recursos materiais e humanos que lhe são disponibilizados e os reflexos contábeis de sua gestão.

RESSALVA 10 - QUANTO AO PAGAMENTO DOS PRECATÓRIOS JUDICIAIS

10.1 Pagamento, apenas pela Administração Indireta, de precatórios judiciais referentes ao orçamento do exercício financeiro de 2003.

DETERMINAÇÃO 27 - À SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS

Regularizar a situação verificada no exercício de 2003, quando a Administração Direta não efetuou qualquer pagamento durante o referido ano financeiro.

RESSALVA 11: QUANTO AOS PROGRAMAS DE GOVERNO

11.1 Estruturas organizacional e funcional da Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos Inadequadas.

DETERMINAÇÃO 28 - À SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Instituir estrutura organizacional e funcional apropriadas ao desempenho das atribuições da Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos (CNCCO-RJ), em consonância com as normas instituídas pelo Sistema Nacional de Transplante e em conformidade com a Lei Federal n.º 9434/97, que regula no território nacional matérias relativas a transplante de tecidos e órgãos humanos, providenciando também a reforma dos Estatutos do RIO TRANSPLANTE, no que couber.

DETERMINAÇÕES SEM RESSALVAS - ACOMPANHAMENTO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

DETERMINAÇÃO 29 - À SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO

Para que, através de Inspeção:

- acompanhe a execução dos valores inscritos em restos a pagar processados da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ, no montante de R\$37.686.855,18 (trinta e sete milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e dezcentos centavos), relativo às despesas liquidadas pela entidade em 2003, mas não pagas no exercício;
- acompanhe a efetiva aplicação dos recursos financeiros remanescentes (valores ainda não empenhados, liquidados e valores não pagos) relativos ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), nas finalidades a que se destinam, de forma a garantir uma plena efetividade do dispositivo constitucional;
- verifique a legalização das contratações efetivadas através de terceirização de mão-de-obra, consoante os preceitos legais pertinentes, especialmente no tocante ao que dispõe o artigo 37 inciso II da Constituição Federal, bem como à correta classificação das mesmas, conforme §1.º do artigo 18 da LRF;
- a ser realizada através da Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento: proceda à realização de inspeção especial no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF/RJ, a fim de apurar as diferenças concernentes ao repasse efetivado pelo Estado ao Fundo, consoante transferência compulsória, e o efetivamente calculado a partir das receitas auferidas (15% das receitas arrecadadas, conforme artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) bem como quanto à distribuição dos recursos - FUNDEF pelo Banco do Brasil;
- a ser realizada na FEEMA: inclua no escopo a avaliação do desenvolvimento e o processo de implantação do SIRA - Sistema de Informações de Riscos Ambientais.

DETERMINAÇÕES SEM RESSALVAS - ÓRGÃOS / ENTIDADES ESTADUAIS

DETERMINAÇÃO 30 - À FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FAPERJ

Para que adote providências no sentido de:

- proceder ao efetivo pagamento das despesas empenhadas e liquidadas em 2003 pela entidade mas não pagas (R\$37.686.855,18 - restos a pagar processados);
- efetue integralmente as aplicações dos recursos da FAPERJ, de competência de 2004, consoante o que dispõe a Emenda Constitucional Estadual n.º 32/03, independentemente do acima referenciado.

DETERMINAÇÃO 31 - AO CONSELHO GESTOR DO FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA E ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS - FECOP

Para que adote providências, ao longo do exercício de 2004, no sentido de:

- proceder ao empenho, liquidação e pagamento de despesas de sua competência, dado saldo financeiro remanescente em 31/12/03 (R\$807 milhões) das receitas que lhe foram atribuídas por força do disposto na Emenda Constitucional n.º 31/00 e das Leis Estaduais n.º 4058/2002 e 4086/03;
- efetuar integralmente as aplicações dos recursos do FECOP, de competência de 2004, independentemente do acima referenciado.

DETERMINAÇÃO 32 - À SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E GESTÃO

Para que nas próximas contas de gestão sejam encaminhados elementos que demonstrem o comportamento da arrecadação por fonte de recursos e órgãos, evidenciando, se for o caso, a existência de excesso de arrecadação, capaz de suportar a abertura de créditos adicionais durante o exercício. Analogamente, também deverão ser encaminhados elementos que demonstrem o superávit financeiro, a realização de convênios e outras fontes específicas em cada órgão/entidade que dele se utilizar para a abertura de créditos adicionais.

DETERMINAÇÃO 33 - À CONTADORIA-GERAL DO ESTADO

Para que, quando da remessa das próximas prestações de contas, se cabível, sejam encaminhados elementos que comprovem a real necessidade da inscrição de restos a pagar sem suficiência financeira, indicando as naturezas de despesas correspondentes, haja vista o princípio da responsabilidade na gestão fiscal preconizado no §1.º do artigo 1.º c/c a alínea b, inciso III do artigo 55, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

DETERMINAÇÃO 34 - À SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO URBANO - SEDAMUR

Para que dê continuidade ao trabalho de elaboração de Instruções técnicas para a determinação e mensuração do passivo ambiental causado por danos ecológicos no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, por meio de ações específicas e diretas de equacionamento desta questão.

DETERMINAÇÃO 35 - À CONTADORIA-GERAL DO ESTADO E À SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Adotar medidas no sentido de transferir os bens patrimoniais (móveis e imóveis) encontrados no Fundo Especial Penitenciário, inclusive o saldo contábil constante na conta Bens do Estado, para o órgão ao qual se encontram vinculados (Secretaria de Administração Penitenciária).

QUANTO AO PODER LEGISLATIVO

Considerando que as contas do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, exercício de 2003, constituídas dos respectivos balanços gerais do Estado e das demonstrações técnicas de natureza contábil, incluem, além das suas próprias, as do Poder Legislativo, de forma consolidada, com base no disposto no artigo 56 da Lei Complementar n.º 101/00;

Considerando o relatório apresentado pela comissão de auditoria designada pela Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro;

Considerando a detalhada análise realizada pelo Corpo Instrutivo, que, em conclusão, opina pela emissão de parecer prévio favorável à aprovação das contas do Poder Legislativo;

Considerando o parecer exarado pelo Procurador de Justiça Dr. Júlio Lambertson Rabello;

Considerando o minucioso exame realizado por minha Assessoria Técnica;

Considerando que o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado, efetuou gastos totais com pessoal equivalentes a 2,11% da receita corrente líquida, sendo 1,15% pertinentes à Assembleia Legislativa e 0,96% pertinentes ao Tribunal de Contas do Estado, percentual este inferior ao máximo estabelecido na alínea a do inciso II do artigo 20 da Lei Complementar n.º 101/00 - 3% da receita corrente líquida;

Considerando que, nos termos da legislação em vigor, ficam ressalvadas de prévia quitação as responsabilidades de ordenadores e ratificadores de despesas, bem como de pessoas que arrecadaram e geriram dinheiros, valores e bens estaduais, ou pelos quais seja o Estado responsável, cujos processos pendem de exame por esta Corte de Contas;

Pela emissão de parecer prévio favorável à aprovação pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro das contas do Chefe do Poder Legislativo do Estado do Rio de Janeiro, Excelentíssimos Senhores Deputados Sérgio Cabral Filho (1/1 a 31/1/03) e Jorge Picciani (1/2 a 31/12/03), com a determinação e recomendação a seguir indicadas:

DETERMINAÇÃO

Para que, quando da remessa das próximas prestações de contas, se cabível, sejam encaminhados elementos que comprovem a real necessidade da inscrição de restos a pagar sem suficiência financeira, indicando as naturezas de despesas correspondentes, haja vista o princípio da responsabilidade na gestão fiscal preconizado no §1.º do artigo 1.º c/c a alínea b do inciso III do artigo 55, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

RECOMENDAÇÃO

Para que a Assembleia Legislativa proceda à reavaliação dos bens imóveis constantes de seu patrimônio.

QUANTO AO PODER JUDICIÁRIO

Considerando que as contas do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, referentes ao exercício de 2003, constituídas dos

respectivos balanços gerais do Estado e das demonstrações técnicas de natureza contábil, incluem, além das suas próprias, as do Poder Judiciário de forma consolidada, com base no disposto no artigo 56 da Lei Complementar n.º 101/00;

Considerando o relatório apresentado pela Auditoria-Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;

Considerando a detalhada análise realizada pelo Corpo Instrutivo, que, em conclusão, opina pela emissão de parecer prévio favorável à aprovação das contas do Poder Judiciário;

Considerando o parecer exarado pelo Procurador de Justiça Dr. Júlio Lambertson Rabello;

Considerando o minucioso exame realizado por minha Assessoria Técnica;

Considerando que o Poder Judiciário do Estado efetuou gastos totais com pessoal equivalentes a 4,61% de sua receita corrente líquida, percentual este inferior ao máximo estabelecido na alínea b do artigo 20 da Lei Complementar n.º 101/00 - 6% da receita corrente líquida;

Considerando a impossibilidade de verificação do atendimento ao disposto no artigo 72 da Lei de Responsabilidade Fiscal, face à não-remessa de elementos relativos aos gastos com terceirização de mão-de-obra no exercício de 1999;

Considerando que, nos termos da legislação em vigor, ficam ressalvadas de prévia quitação as responsabilidades de ordenadores e ratificadores de despesas, bem como de pessoas que arrecadaram e geriram dinheiros, valores e bens estaduais, ou pelos quais seja o Estado responsável, cujos processos pendem de exame por esta Corte de Contas;

Pela emissão de parecer prévio favorável à aprovação pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro das contas dos Chefes do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, Excelentíssimos Senhores Desembargadores Marcus Antonio de Souza Faver (período de 1/1 a 2/2/03) e Miguel Pachá (período de 3/2 a 31/12/03), referentes ao exercício de 2003, com a ressalva e determinação sem ressalva a seguir indicadas:

RESSALVA

QUANTO AO LIMITE ESTABELECIDO NO ARTIGO 72 DA LRF  
Impossibilidade de verificação do atendimento ao disposto no artigo 72 da Lei de Responsabilidade Fiscal, face à não-remessa de elementos referentes aos gastos com terceirização de pessoal em 1999, o qual deve ser considerado como limite dessa despesa até o exercício de 2003.

DETERMINAÇÃO SEM RESSALVA

Para que, quando da remessa das próximas prestações de contas, se cabível, sejam encaminhados elementos que comprovem a real necessidade da inscrição de restos a pagar sem suficiência financeira, indicando as naturezas de despesas correspondentes, haja vista o princípio da responsabilidade na gestão fiscal preconizado no §1.º do artigo 1.º c/c a alínea b do inciso III do artigo 55, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

QUANTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO

Considerando que as contas do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, referentes ao exercício de 2003, constituídas dos respectivos balanços gerais do Estado e das demonstrações técnicas de natureza contábil, incluem, além das suas próprias, as do Ministério Público de forma consolidada, com base no disposto no artigo 56 da Lei Complementar n.º 101/00;

Considerando o relatório apresentado pela Auditoria-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;

Considerando a detalhada análise realizada pelo Corpo Instrutivo, que, em conclusão, opina pela emissão de parecer prévio favorável à aprovação das contas do Ministério Público;

Considerando o parecer exarado pelo Procurador de Justiça Dr. Júlio Lambertson Rabello;

Considerando o minucioso exame realizado por minha Assessoria Técnica;

Considerando que o Ministério Público do Estado efetuou gastos totais com pessoal equivalentes a 1,01% da receita corrente líquida, percentual este inferior ao máximo estabelecido na alínea d do artigo 20 da Lei Complementar n.º 101/00 - 2% da receita corrente líquida;

Considerando que, nos termos da legislação em vigor, ficam ressalvadas de prévia quitação as responsabilidades de ordenadores e ratificadores de despesas, bem como de pessoas que arrecadaram e geriram dinheiros, valores e bens estaduais, ou pelos quais seja o Estado responsável, cujos processos pendem de exame por esta Corte de Contas;

Pela emissão de parecer prévio favorável à aprovação pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro das contas dos Chefes do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Excelentíssimos Senhores Procuradores José Muiños Piñero Filho (1/1 a 21/1/03) e Antonio Vicente da Costa Júnior (22/1 a 31/12/03), com a determinação a seguir indicada:

DETERMINAÇÃO

Para que, quando da remessa das próximas prestações de contas, se cabível, sejam encaminhados elementos que comprovem a real necessidade da inscrição de restos a pagar sem suficiência financeira, indicando as naturezas de despesas correspondentes, haja vista o princípio da responsabilidade na gestão fiscal preconizado no §1.º do artigo 1.º c/c a alínea b do inciso III do artigo 55, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

AGRADECIMENTOS

Na qualidade de Conselheiro Relator das Contas de Gestão da Excelentíssima Governadora do Estado do Rio de Janeiro, Rosinha Garolinho, referentes ao exercício de 2003, antes de dar por cumprida esta missão constitucional, não posso deixar de reconhecer e registrar o meu agradecimento ao Excelentíssimo Senhor Conselheiro José Gomes Graciosa, que na Presidência desta Corte de Contas foi incansável no sentido de disponibilizar a este Gabinete, bem como à minha Assessoria Técnica, os meios necessários e indispensáveis para a realização desta tarefa.

Ao mesmo tempo destaco a indispensável colaboração do Dr. Horácio de Almeida Amaral, que, à frente da Secretaria-Geral de Planejamento, prestou inestimáveis contribuições para a realização desta árdua tarefa, na pessoa de quem agradeço, ainda, a todos os servidores lotados na Secretaria pelos valiosos préstimos.

Estarão esses agradecimentos aos servidores do Corpo Instrutivo deste Tribunal de Contas, pela dedicação na elaboração do parecer acerca destas Contas, de inegável qualidade técnica.



Do mesmo modo, e de uma forma particular, extemo meus agradecimentos aos servidores da Assessoria Técnica de meu Gabinete, que com reconhecida dedicação e eficiente desempenho realizaram a exaustiva tarefa de analisar esta prestação de contas.

Assim, solicito a V.Ex.<sup>a</sup> que seja consignado nos assentamentos funcionais meu elogio, reconhecimento e agradecimento aos dedicados funcionários que eficientemente participaram na elaboração do relatório e do projeto de parecer sobre as contas do Governador referente ao exercício de 2003, a seguir indicados:

**COORDENAÇÃO GERAL**

- Fátima Cristina de Moura Lourenço, mat. 02/2630
- Sunny Machado de Oliveira, mat. 02/3416

**ASSESSORIA TÉCNICA DO RELATOR**

- Ana Paula Ferreira Pedrosa, mat. 02/2661
- Cleide Alves Marinho da Cunha, mat. 02/2751
- Léllo Martins da Costa Filho, mat. 02/2787
- Marcelo Martinelli Muria, mat. 02/2664
- Marco Antônio da Silveira Cunha, mat. 02/3069

**ASSESSORIA JURÍDICA**

- Jorge Henrique Muniz da Conceição, mat. 02/2745
- Neilton Ferreira Macharete, mat. 02/3174
- Roberto Gil Leal Faria, mat. 02/2749

**SUPORTE TÉCNICO E ADMINISTRATIVO**

- Antônio Luiz Camargo Beranger Teixeira, mat. 02/2317
- Eduardo Alberto Franca da Costa Filho, mat. 02/2634
- Márcio César Machado Barradas, mat. 02/2816
- Marcelo Gonçalves Manoel, mat. 02/3158

**SERVIDORES COLOCADOS À DISPOSIÇÃO DO GC-1**

- Cristine Siqueira da Silva Raposo - CAP/SGP -, mat. 02/2960
- Marcelo Soares da Silva - 3ª IGE -, mat. 02/2831

**SERVIDORES DA SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO - SGP**

- Horácio de Almeida Amaral, mat. 02/3218
- Guilherme Pinto de Albuquerque, mat. 02/1766
- Marcelo Franca de Faria Mello, mat. 02/1220
- Roberto Montello Amaral, mat. 02/1125
- Roberto Mauro Moore Junior, mat. 02/3309
- Ronaldo Sant'Anna de Mesquita, mat. 02/3341
- Rosa Maria Chaise, mat. 02/1130

**SERVIDORES DA SUBSECRETARIA DE AUDITORIA E CONTROLE DA GESTÃO E DA RECEITA - SSR**

- Adriana Jacob, mat. 02/3127
- Alexandre Maia do Carmo, mat. 02/3478
- Andréa Nizla S.S. Rodriguez, mat. 02/2778
- Ana Claudia Chaves da Silva, mat. 02/2684
- Celso Henrique de Oliveira, mat. 02/2757
- César Maia Lourenço, mat. 02/2841
- Cinira Eugênia Rocha de Assis, mat. 02/3590
- Deislane Pinheiro Bernardo, mat. 02/3696
- Ely Alves Pinheiro, mat. 02/3588
- Gustavo Bastos Monteiro, mat. 02/3706
- Gerson Neves Nascimento, mat. 02/2710
- Júlio Demétrius V. Pouska, mat. 02/1806
- Leandro Silveira Ramos da Cunha, mat. 02/3411
- Lívia Azevedo Zeemann do Pinho, mat. 02/1780
- Luiz Marcelo F. Magalhães, mat. 02/1894
- Márcia Vasconcellos dos Santos, mat. 02/2535
- Marco Antônio Fernandes Costa, mat. 02/2518
- Paula A. Canas de P. Nazareth, mat. 02/3089
- Ricardo Ewerton Brito Santos, mat. 02/3056
- Ricardo Velloso Azevedo, mat. 02/3463
- Robson de Oliveira Aguiar, mat. 02/2781
- Sérgio Wilson Nóbrega, mat. 02/3689
- Sérgio Lino da S. Carvalho, mat. 02/3637
- Toneyson da Silva Abreu, mat. 02/3675
- Valéria Aparecida S. G. e Souza, mat. 02/1605

**SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
DESPACHO DO SUBSECRETÁRIO**

DE 26/05/2004

PROCESSO TCE n.º 301.835-7/2004 - Conheço o recurso administrativo interposto pela empresa ULTRAPEÇAS COMERCIAL DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA., por ser tempestivo, e quanto ao mérito, DOU PROVIMENTO.

**SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DESPACHO DO SECRETÁRIO-GERAL  
DE 21.05.2004**

Proc. TCE n.º 300.727-7/2004 - Emmanuel Alexander Baltz, matr. 02/3097/0-6. AUTORIZO a averbação de tempo de contribuição.

**Avisos, Editais e Termos de Contratos**

**Gabinete da Governadora**

**EXTRATO DE CONTRATO**

**INSTRUMENTO:** Contrato de Financiamento. **DATA DA ASSINATURA:** 18 de maio de 2004. **PARTES:** O Estado do Rio de Janeiro, representado pela Excelentíssima Senhora Governadora, doravante denominada **FINANCIADORA** e a Cervelaria Teresópolis Ltda., representada pelo seu Diretor, doravante denominada **AGENTE FINANCIADORA**, por intermédio do **AGENTE FINANCIADOR**, de crédito à **FINANCIADA**, de até R\$ 235.000.000,00 (duzentos e trinta e cinco milhões de reais), em moeda corrente, em conta corrente a ser aberta junto ao **AGENTE FINANCIADOR** ou de outro Banco a ser indicado pela CODIN, com recursos oriundos do FUNDES,

observando-se a destinação do crédito e a contrapartida, conforme o disposto na **Cláusula Primeira** e seus parágrafos (1º a 5º) do Contrato de Financiamento. **PAZO:** Os recursos a que se referem a **Cláusula FINANCIADA** no projeto aprovado no prazo máximo de 166 (cento e cinquenta e seis) meses, iniciando-se a contagem desse prazo a partir da data da publicação do Instrumento no Diário Oficial, sendo que, findo esse período, cessarão todos os efeitos do financiamento concedido, ainda que não utilizados todos os recursos alocados nos termos da **Cláusula Primeira**, observando-se o disposto nos parágrafos 1º a 9º da **Cláusula Segunda** (DO PRAZO DO CONTRATO E SUA EXECUÇÃO). **Ref.: Lei n.º 4.164, de 29.9.2003 e Proc. n.º E-11/30.006/2003.**

\*Omitido no D.O. de 25.5.2004.

**Gabinete Civil**

**EXTRATO DE CONVÊNIO**

**INSTRUMENTO:** Convênio. **DATA DA ASSINATURA:** 26 de maio de 2004. **PARTES:** O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - TRE/RJ, representado por seu Presidente, Desembargador Marcus Faver, e o Estado do Rio de Janeiro, representado por sua Secretária de Estado Chefe do Gabinete Civil, Dra. Rosely Ribeiro de Carvalho Pessanha. **OBJETO:** Cooperação mútua objetivando agregar esforços no auxílio às Eleições Municipais, a serem realizadas em todo o Estado do Rio de Janeiro, mediante as cláusulas e disposições deste Convênio. **PAZO:** Até 01 de novembro de 2004. **REFERÊNCIA:** Processo n.º E-12/2670/2004.

**Secretaria de Estado  
de Integração Governamental**

**EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO**

\*IDENTIFICAÇÃO: CONTRATO N.º 007/2004/SEIG, firmado em 05/05/2004.

**PARTES:** Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Integração Governamental e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, através de seu Núcleo Superior de Estudos Governamentais - NUSEG.

**OBJETO:** Prestar apoio técnico a SEIG para mobilização e fortalecimento da estrutura e das relações comunitárias junto aos beneficiários do Programa Nova Baixada que, por sua vez, propõe ações integradas nos setores social e de infra-estrutura, visando a melhoria do meio ambiente, a adequada urbanização dos bairros e o resgate da cidadania.

**FUNDAMENTO:** Lei Federal n.º 8.666/93 (Processo Administrativo n.º E-33/000.387/2004).

**VALOR TOTAL:** R\$ 1.012.102,00 (um milhão, doze mil, cento e dois reais).

**PAZO:** 03 (três) meses, a partir da assinatura e do recebimento pela UERJ/NUSEG da Nota de Empenho ou documento similar, podendo, a critério das partes e por instrumento hábil, ser prorrogado, acrescido, ou ter suas cláusulas alteradas, dentro de seu prazo de vigência.

\*Omitido no D.O. de 25.05.2004.

**RETIFICAÇÕES**

D.O. DE 01/04/2004

Pág. 26 - 1ª Coluna

**EXTRATOS DE TERMOS DE CONVÊNIOS**

**PARTES:** SECRETARIA DE ESTADO DE INTEGRAÇÃO GOVERNAMENTAL e o MUNICÍPIO de SÃO FIDELIS.

Onde se lê: **VALOR ESTIMADO:** R\$2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

Leia-se: **VALOR ESTIMADO:** R\$2.398.561,82 (dois milhões, trezentos e noventa e oito mil, quinhentos e sessenta e um reais e oitenta e dois centavos).

Pág. 26 - 2ª Coluna

**PARTES:** SECRETARIA DE ESTADO DE INTEGRAÇÃO GOVERNAMENTAL e o MUNICÍPIO de ITAPERUNA, com a intervenção da SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO.

Onde se lê: **VALOR ESTIMADO:** R\$3.421.052,63 (três milhões, quatrocentos e vinte e um mil, cinquenta e dois reais e sessenta e três centavos).

Leia-se: **VALOR ESTIMADO:** R\$3.374.688,92 (três milhões, trezentos e setenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e oito reais e noventa e dois centavos).

**ADMINISTRAÇÃO VINCULADA**

**FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**AVISO**

A Comissão Permanente de Licitação, chama atenção dos interessados para o Edital, que se encontra afixado no Quadro de Avisos da Divisão de Material da Fundação DER-RJ, sito na Av. Presidente Vargas, 1100 - 5º andar - Centro - RJ - Tel.: (0xx21) 291-7117-Ramal 2153, referente à licitação abaixo:

**MODALIDADE:** CONVITE N.º 11/2004 - CPL

**TIPO:** Menor preço unitário

**REALIZAÇÃO:** 04/06/2004 HORÁRIO: 13 h

**OBJETO:** Aquisição de chapas octogonais, chapa quadrada em placa de poliéster, para sinalização viária

**PROCESSO N.º:** E-33/205.041/2003

**ESTIMATIVA:** R\$ 25.650,00

**Secretaria de Estado de  
Administração e Reestruturação**

<http://www.sare.rj.gov.br>

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

**INSTRUMENTO:** 5º Termo Aditivo ao Contrato n.º 008/2000 **DATA DA ASSINATURA:** 14.05.2004

**PARTES:** Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Administração e Reestruturação e a Microcis Consultoria, Info Serviços Ltda.

**OBJETO:** Prorrogação por quatro meses na locação de microcomputadores e periféricos **PAZO:** 04 (quatro) meses de 01.06.2004 a 30.09.2004 **VALOR MENSAL:** R\$ 6.710,00 (seis mil, setecentos e dez reais) **CNPJ/MF N.º:** 02.229.787/0001-93 **VALOR GLOBAL:** R\$ 26.840,00 (vinte e seis mil, oitocentos e (reais)

**FUNDAMENTO:** Processo n.º E-01/60187/2000

**SUBSECRETARIA ADJUNTA DE RECURSOS HUMANOS  
SUPERINTENDÊNCIA DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO  
18ª COMISSÃO PERMANENTE DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO  
EDITAL DE CHAMADA**

A Presidente da 18ª Comissão Permanente de Inquérito Administrativo, nos autos do Inquérito administrativo instaurado base no processo n.º E-01/1040/2001, tendo em vista o disposto no artigo 75 do Decreto-Lei n.º 220/75, faz saber ao servidor J. PEREIRA DE ALMEIDA, Agente Auxiliar Administrativo de S. matrícula 1088662-1, que deverá comparecer à sede da Comissão situada nesta cidade, na Avenida Erasmo Braga, n.º 1, andar, sala 307, Centro/RJ, telefone 22992084, no horário de 10 horas, a fim de prestar depoimento no processo administrativo disciplinar que responde para apurar acumulação de cargos, de acordo com o disposto no artigo 34 do Decreto-Lei n.º 220/75, dentro do prazo (vinte) dias a contar da primeira publicação do presente Edital.

3.2

**SUBSECRETARIA-ADJUNTA DE APOIO LOGÍSTICO  
SUPERINTENDÊNCIA DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO  
EXTRATO DE TERMO**

Aos dias 27 de maio de 2004, para efeito e cumprimento do disp. art. 16, caput, da Lei 3.189 de 22 de fevereiro de 1999, e tendo em vista o que consta no Decreto n.º 25.252 de 16.04.99, a Superintendência Patrimônio Imobiliário disciplina, na forma abaixo, o imóvel titularidade do Estado do Rio de Janeiro, que poderá ser transferido para o Fundo Fundo de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - RIOPREVIDÊNCIA, com fundamento no art. 13, I da referida Lei.

1 - Prédio situado na Rua Visconde de Rio Branco n.º 24 constituir loja no térreo e sobrado descrito na matrícula n.º 75.537 do 2º Ofi. Registro de Imóveis da Cidade do Rio de Janeiro.

**Defensoria Pública Geral  
do Estado-DPGE**

<http://www.dpge.rj.gov.br>

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

**\*INSTRUMENTO:** Termo Aditivo ao Contrato 008/2000 **PARTES:** DPGE, EDNA FRANCISCA DA S. ROCHA e OTILIO DA SILVA ROCHA. **OBJETO:** Registrar a prorrogação, por mais 30 (três) meses, do contrato de locação do imóvel onde estão instalados os órgãos de atuação das 1ª Vara Cível, 2ª Vara Criminal, Var. Fazenda Pública, Juizado Especial (Adjunto), Vara de Família e Núcleo de Atendimento, em Belford Roxo.

**DATA DA ASSINATURA:** 23/02/2004 **FUNDAMENTO:** Processo n.º E-20/10.750/2001.

\* Omitido no D.O. de 01/03/2004

**AVISO**

O Defensor Público Geral do Estado e o Diretor-Geral do Centro de Estudos Jurídicos da Defensoria Pública do Estado **COMUNICAM** aos Exmos. Srs. Defensores Públicos que, em razão do convênio estabelecido entre a DPGE/CEJUR-RJ e o CEPED/UERJ, a partir de 04/06/2004, **CURSO EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO CIVIL CONSTITUCIONAL**, esclarecendo que os interessados em concorrer às bolsas de estudos deverão submeter-se à seleção, nos termos do edital abaixo, que ficará sob exclusiva responsabilidade do CEPED/UERJ.

**EDITAIS**

**ABERTURA DE INSCRIÇÕES À SELEÇÃO DE DEFENSORES PÚBLICOS CANDIDATOS AO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO CIVIL CONSTITUCIONAL.**

**AS INSCRIÇÕES À SELEÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS CANDIDATOS AO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO CIVIL CONSTITUCIONAL, EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU, ESTARÃO ABERTAS NO PERÍODO DE 1º DE JUNHO DE 2004 A 30 DE JULHO DE 2004, PARA O ANO LETIVO QUE TERÁ INÍCIO EM AGOSTO DE 2004.**

**1 - Da Inscrição:**

A inscrição poderá ser feita pela Internet através do site [www2.uerj.br/~ceped](http://www2.uerj.br/~ceped) ou na Secretaria do Curso de Pós-Graduação em Direito da UERJ, situado na Rua São Francisco Xavier, n.º 524 - 7º andar - Bloco B - Sala 7003 - Tels.: 2587-7229 e 2566-9154 (Horário: 10h. às 16h)